



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA EXERCÍCIO 2020

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério de Vitória da Conquista/BA, através de seus membros, e com fundamento nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988; e demais Legislações Vigentes, conforme sua competência de acompanhamento e fiscalização da execução dos recursos do FUNDEB emite seu parecer referente à aplicação dos recursos do FUNDEB referente ao exercício de 2020, relativo ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres.

O referido Conselho, em reuniões virtuais e presencial realizadas no decorrer do ano citado, analisou a documentação financeira referente ao exercício de 2020 e, com base na mesma, elaborou o seguinte relatório, observando:

- I) Organização e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- II) As deliberações e recomendações do Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas às aplicações dos recursos do FUNDEB;
- III) Reuniões ordinárias e extraordinárias de controle, acompanhamento e deliberação acerca da execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, compreendendo a verificação da conformidade com as normas em relação à:
 - a) a arrecadação realizada no exercício;
 - b) a execução da despesa orçamentária autorizada;
 - c) a efetiva materialização dos gastos e sua pertinência quanto ao enquadramento no contexto da manutenção e desenvolvimento da educação básica;
 - d) as movimentações financeiras bancárias e a aplicação financeira das disponibilidades;

Esses nomes

COBEN



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

- e) avaliação do cumprimento da obrigação com o mínimo reservado para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício das funções, compreendendo a arrecadação anual do FUNDEB, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, e as despesas com a folha de pagamento de profissionais do magistério, empenhadas nos termos do art. 22 da Lei n.º 11.494/2007, podendo-se opinar, até onde os exames puderam alcançar, que não foram constatadas ofensas às normas;
- f) os quadros demonstrativos da receita e da despesa do ano de 2020;
- g) análise das Prestações de Contas.

Para a composição da receita total anual do FUNDEB, foi considerada: a participação do município na composição do FUNDEB, com seus recursos financeiros vinculados, de acordo ao número de alunos das matrículas do Censo anterior, segundo a Portaria Interministerial nº 04/2019 de 27 de dezembro de 2019.

As receitas vinculadas ao FUNDEB no ano de 2020 foram distribuídas entre receitas e despesas. O valor previsto para o exercício era, segundo a portaria supracitada, de R\$ 177.570.848,92 (cento e setenta e sete milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e quarenta e oito e noventa e dois centavos). Contudo, os valores efetivados no decorrer do exercício totalizaram R\$ 175.784.011,62 (cento e setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, onze reais e sessenta e dois centavos). No ano de 2020, as despesas liquidadas do Fundeb totalizaram R\$ 172.746.078,79 (cento e setenta e dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil, setenta e oito reais e setenta e nove centavos) e pagas no valor total de R\$ 166.440.358,90 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), o que resultou em R\$ 6.305,719,89 (seis milhões, trezentos e cinco mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos) de restos a pagar. O valor do recurso reprogramado para fundo de reserva foi no total de R\$ R\$ 3.037.932,83 (três milhões, trinta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos) de saldo financeiro.

Essyencles
C. L. C.



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

Planilha com as receitas recebidas e despesas liquidadas no ano de 2020:

Mês	RECEITA	DESPESAS LIQUIDADAS
Janeiro	R\$ 18.031.501,55	R\$ 17.842.170,46
Fevereiro	R\$ 16.255.743,45	R\$ 12.525.778,11
Março	R\$ 12.763.129,28	R\$ 15.182.289,31
Abril	R\$ 15.892.786,80	R\$ 12.411.570,66
Mai	R\$ 11.910.367,96	R\$ 12.369.826,67
Junho	R\$ 11.378.135,98	R\$ 13.055.618,66
Julho	R\$ 12.818.164,41	R\$ 13.277.417,32
Agosto	R\$ 13.106.119,80	R\$ 13.076.273,71
Setembro	R\$ 13.853.908,90	R\$ 13.002.570,45
Outubro	R\$ 14.348.987,63	R\$ 12.948.796,50
Novembro	R\$ 15.765.180,71	R\$ 12.907.734,80
Dezembro	R\$ 19.659.985,15	R\$ 24.146.032,14
Total	R\$ 175.784.011,62	R\$ 172.746.078,79

Índices de execução das receitas do FUNDEB:

Despesas vinculadas		
Descrição	Valor	Percentual
FUNDEB 60% (mínimo do 60%)	R\$ 117.548.371,81	66,87%
FUNDEB 40% (máximo de 40%)	R\$ 55.177.706,98	31,39%
Total	R\$ 172.726.078,79	98,26%

Do total do recurso do FUNDEB, o município executou 98,26% do recurso de 2020.

O recurso foi distribuído da seguinte forma:

Despesas com Folha de Pagamento com Recursos do FUNDEB		
	Valor	Percentual
Folha de Pagamento com recursos FUNDEB 60%	R\$ 117.548.371,81	66,87%
Folha de Pagamento com recursos FUNDEB 40%	R\$ 40.474.622,08	23,03%
Demais despesas FUNDEB 40%	R\$ 14.703.084,90	8,36%
Total de despesas com Recursos do FUNDEB	R\$ 172.726.078,79	98,26%
Total da Despesa com Folha de Pagamento	R\$ 158.022.993,89	89,90%

Do total do recurso, o município utilizou 89,90% do valor para pagamento dos profissionais da educação.

Essy Mendes
Coluna

Handwritten signature



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

As despesas empenhadas referem-se, na sua maioria, a pagamento de pessoal e suas respectivas obrigações patronais, contemplando, principalmente, os recursos destinados para pagamento de professores regentes de classe, conforme quadro demonstrativo acima.

A aplicação do índice constitucional o município cumpriu com o percentual de 25,26%.

Destaca-se que, por fim, quanto ao trabalho desenvolvido por este Conselho, que todas as atividades desenvolvidas, bem como as sugestões efetuadas, encontram-se arquivadas e disponíveis para análise nos arquivos do Conselho.

PARECER:

Tendo em vista o exposto, e considerando os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, balancetes mensais, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária encaminhados a esse Conselho, tem-se que o valor mínimo a ser aplicado no FUNDEB é de 60% de acordo com as normas institucionais e legais.

Por outro lado, de acordo com os demonstrativos das despesas o Município realizou a aplicação dos recursos do FUNDEB conforme determina a Lei observando que os recursos do Fundeb devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição (os Municípios devem utilizar recursos do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio), sendo que o mínimo de 60% desses recursos deve ser destinado anualmente à remuneração dos profissionais do magistério (professores e profissionais que exercem atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica pública (regular, especial, indígena, supletivo), e a parcela restante (de no máximo 40%), seja aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento,

Esse processo
alberca

Handwritten signature



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

também da educação básica pública. É oportuno destacar que, se a parcela de recursos para remuneração é de no mínimo 60% do valor anual, não há impedimento para que se utilize até 100% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério.

Da cuidadosa análise dos dados supracitados, compreende-se que o Poder Executivo cuidou em aplicar os recursos do FUNDEB em consonância com o que determina a Lei Federal 11.494/2007 no que se refere à destinação das porcentagens, sendo o mínimo de 60% para o pagamento dos profissionais do magistério. Além disso, o máximo dos 40% restantes foram também investidos em pagamento de profissionais da educação, que apesar de não se encaixarem no que a Lei considera profissionais do magistério, são peças fundamentais para o desenvolvimento da educação básica.

Informamos ainda que, conforme atas 99, 100, 101 e 102 as contas foram aprovadas com ressalva pela maioria do conselheiros.

Diante do exposto, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, emite parecer favorável à aprovação das contas vinculados ao FUNDEB exercício 2020, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, ressalvadas as recomendações já explicitadas nas atas de reuniões realizadas durante o ano de 2020. Vitória da Conquista – 10/03/2021

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto: Antero Fernandes Botelho Neto

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane Souto Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia S da S. Mata



CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

Carmen Sílvia Freitas de Oliveira: Carmen Sílvia Freitas de Oliveira

Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

Ata nº 93

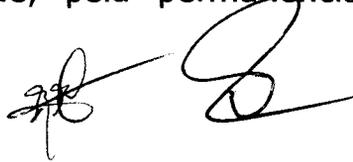
Ata nº 93 – nonagésima terceira reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: Votação para presidente e vice-presidente para o período 2020/2022; Repasses do FUNDEB 2020; Cortes orçamentários na Educação; SIOPE 1º Bimestre – 2020 e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes – representante do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Jeisa Almeida Santos dos Anjos – representante dos alunos da rede municipal de ensino; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; e Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos os presentes e deu início a reunião lendo a Convocação Nº 03/2020.

O secretário o Sr. Thiago Leal Menezes leu o Decreto nº 20.167 de 13 de março de 2019 de composição de membros do Conselho do Fundeb e entregou o Termo de Posse nº 01/2020 aos conselheiros para o mandato 2020-2021.

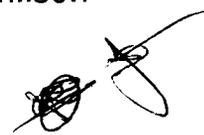
A seguir, o conselheiro presidente em exercício cedeu espaço para os conselheiros que quisessem se candidatar a presidente e a vice-presidente para o mandato de 2020 a 2022. O atual presidente e o atual vice-presidente se candidataram novamente às mesmas funções. Logo após, os conselheiros presentes votaram, em unanimidade, pela permanência do Sr. Ronilson



Essy Mendes



Handwritten signature



Ferreira dos Santos como presidente deste órgão e o Sr. Antero Fernandes Botelho Neto como vice-presidente

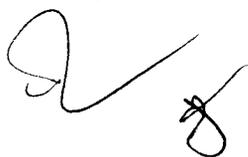
Em seguida, o presidente conselheiro recém reeleito leu a pesquisa que realizou por meio do site do Banco do Brasil, em área de consulta pública, os valores contábeis de repasses do FUNDEB ao município nos anos de 2018 e 2019. Mencionou também que dados sobre a folha de pagamento podem ser encontrados na área de consulta pública também do e-TCM/BA. A conselheira Eliane Silva Souto Mendes disse que estava finalizando o relatório sobre quantitativos da folha de pagamento, por esta razão ainda não pôde ser entregue. Segundo a conselheira, muito em breve, todo o valor do repasse do FUNDEB será exclusivo para o pagamento de folha de profissionais da educação. Além disso, a conselheira disse que é necessário atentar às receitas e às despesas.

A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata gostaria de saber o quanto reduziu de despesas, qual o percentual de redução para o momento de pandemia com a aplicação de medidas de isolamento social e suspensão das aulas. O conselheiro presidente Ronilson disse que o momento também pede a revisão de valores de despesas. A conselheira Mary dos Santos Oliveira demandou mais informações do poder público municipal para esclarecimento de dúvidas sobre os gastos e investimentos na educação e a necessidade de se debruçar sobre o estudo dos recursos. A conselheira Ana Cláudia sugeriu que fosse feita uma verificação de cargos comissionados, sua quantidade e sua função na estrutura organizacional da SMED. A conselheira ainda disse que se o governo municipal não tiver a capacidade financeira para garantir reajuste salarial e valorização dos profissionais, deveria solicitar complementação junto ao governo federal. O conselheiro Carlos André Maciel Sampaio concordou com a necessidade do levantamento de informações mais concretas e assimiláveis para melhor compreensão dos conselheiros.

Segundo a conselheira Mary, nesse período de suspensão das aulas presenciais e de suporte eletrônico remoto aos alunos, os professores têm enfrentado grande dificuldade de adaptação e realizado muito trabalho de reavaliação de conteúdo, assistência aos estudantes e pais, novas ferramentas de



Essencial



Maria

aprendizado, entre outros aspectos desse novo panorama. O conselheiro Esdras da Silva Araújo trouxe à tona a problemática dos cortes salariais no corpo técnico, do administrativo e dos profissionais do apoio nas escolas.

A conselheira Eliane disse que quase 90% dos recursos do FUNDEB vão direto para a folha de pagamentos, isto é, para os salários dos profissionais em pleno exercício do magistério. Ainda disse que o valor orçado para o ano de 2020 se baseia nos dados do Censo Escolar do ano anterior. Para ela, haverá uma provável redução nas despesas das contas de energia, de água e nos serviços de transporte, considerando a suspensão das aulas presenciais. Ainda sobre os cortes, a conselheira Ana Cláudia disse que houve corte salarial para função, e não para deslocamento dos profissionais que trabalham na zona rural e recebem incentivo para isso. A conselheira Eliane disse que serão aplicadas redução salarial nas CET's e GEAT's dos cargos comissionados.

A conselheira Mary disse que deve ser considerada a não desvalorização dos profissionais em geral, principalmente quando as aulas presenciais retornarem. Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 27/04/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto: Eliane Silva Souto

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Jeisa Almeida Santos dos Anjos: Jeisa Almeida Santos dos Anjos

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Genivan Silva Neri: Genivan Silva Neri

Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

ATA

[Assinatura]

[Assinatura]

CONVIDADO - SECRETÁRIO:

Thiago Leal Menezes:

Thiago Leal Menezes

~~Thiago Leal Menezes~~

Ata nº 94

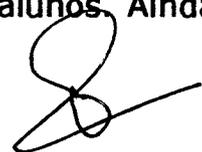
Ata nº 94 – nonagésima quarta reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: Repasses do FUNDEB 2020; Cortes orçamentários na Educação; SIOPE 1º e 2º Bimestres – 2020; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes – representante do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos; Gabriel Campos de Jesus – representante dos alunos da rede municipal de ensino; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; e Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos os presentes e deu início a reunião lendo a Convocação Nº 04/2020.

O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos leu orientações comentadas sobre o Fundeb editadas pelo TCM-SP para inteirar aos novos conselheiros sobre a origem dos recursos e como eles devem ser gastos pelos municípios, valor por aluno de acordo com a modalidade na qual está matriculado, considerando a zona rural e zona urbana, dentre outras informações. O conselheiro presidente sugeriu também o acompanhamento online pelo Educacenso, papel deste conselho de monitorar o censo escolar. Segundo o Censo mais atual, são mais de 44.000 alunos. Ainda o conselheiro

 E. S. Souto Mendes













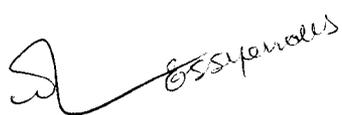


presidente falou sobre os profissionais nas funções que se encaixam nos 60% e os que se enquadram nos 40%. A seguir, o conselheiro presidente leu a lista dos conselheiros atuais e quais categorias estão representando. Segundo ele, ainda, a aplicação de sanções não é uma prerrogativa deste Conselho. A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual devem, também, devem ser acompanhadas pelos conselheiros. A emissão de parecer para o TCM-BA deve ser emitida anualmente, bem como ser feito o acompanhamento, a partir dos últimos anos, de programas do governo federal. Ele ainda disse que a Fonte 01, recurso próprio, pode e deve ser utilizada para complementação municipal. Em seguida, o conselheiro presidente falou da necessidade de serem encaminhados ao conselho informações contábeis mais claras, bem como, lista de servidores com suas respectivas funções e locais de trabalho.

O conselheiro presidente pontual que, até a presente data, havia atraso no recebimento das contas de março. Desta forma, apenas as contas de janeiro e fevereiro (SIOPE 1º Bimestre) deverão ser avaliadas no encontro. O conselheiro comentou sobre os valores absolutos destes dois meses.

O conselheiro Genivan Silva Neri comentou sobre as decisões administrativas tomadas pelo governo municipal relativas aos salários dos contratados, vantagens de professores, entre outros, que, segundo o conselheiro, durante a atual conjuntura de crise pandêmica, foram medidas que impactaram negativamente a vida de centenas de servidores. Para ele, existem recursos federais ainda presentes e que são enviados, independente da situação do município. Por fim, sugeriu que fosse feita uma recomendação aos gestores públicos municipais sobre a utilização desses recursos neste período.

Para a conselheira Mary dos Santos Oliveira, alguns professores contratados com carga horária de 20 horas, por falta de professor efetivo substitutivo do município em algumas escolas, tiveram de ser reclassificados em 40 horas semanais. A conselheira falou, ainda, que esses profissionais estão executando suas atividades à exaustão por meio de teletrabalho e foram pegos de surpresa com esses cortes. Por fim, a conselheira pediu informações mais detalhadas para prosseguimento das análises.

 *Essifera*

 *Genivan*



 *Mary dos Santos*





Para o conselheiro presidente, o foco dos cortes deve ser feito na análise do segundo bimestre. Para o primeiro bimestre, o conselheiro presidente não vê motivo para desaprovação ou aprovação com ressalva. Já, quanto ao segundo bimestre, é que os conselheiros devem se debruçar, pois foi quando se sucederam a suspensão de aulas presenciais e houve os cortes.

A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata trouxe à tona a questão de que no primeiro bimestre os professores contratados atuaram substituindo os professores do campo e não receberam os valores por esse serviço. Para ela, a aprovação das contas deve estar alinhada com as questões aqui já mencionadas.

A conselheira Eliane Silva Souto Mendes falou que os conselheiros precisam estar atentos e buscar sempre estar atualizados sobre as fontes das receitas, a utilização dos recursos e acompanhar os portais eletrônicos oficiais que disponibilizam diversas informações importantes de acompanhamento. A conselheira falou que o fechamento contábil do município é realizado bimestralmente, ou seja, para análise, ainda o SIOPE - 2º Bimestre não está disponível. Para ela, o olhar deve ser feito sobre as despesas em educação. A folha analítica, até a presente data, ainda não foi encaminhada. A conselheira também falou sobre a necessidade de essas informações chegarem de maneira mais célere para os conselheiros terem tempo hábil para análise.

Segundo o conselheiro presidente, com a prévia do mês de abril, constatou-se que naquele mês houve excedente de recursos referentes ao 60% FUNDEB. Apesar de essa compensação poder ocorrer até o final do ano, é necessário, segundo o conselheiro presidente, atenção pela administração pública municipal para o cumprimento do índice. O conselheiro presidente disse que houve receita de mais de R\$ 12 milhões em março, com despesa de pouco mais de R\$ 10 milhões no mesmo período. No mês de abril a receita foi superior a R\$ 15 milhões, enquanto a despesa foi de mais de R\$ 8 milhões. O conselheiro presidente verificou que no mês de abril o índice não alcançou os 60%. O conselheiro abriu debate para os conselheiros com essas informações.

O conselheiro Hilton Alexandre Cardoso Oliveira ressaltou que a análise deve ser feita com o fechamento das contas do segundo bimestre, ou seja, março e

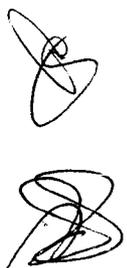
 8554panales











abril, e não somente pela prévia que o conselho já tem acesso.

A conselheira Eliane ponderou sobre o não cumprimento do índice no mês de abril, pois a análise é bimestral, isto é, o mês de março compensa, cumprindo assim o índice.

O conselheiro presidente comentou sobre a análise mensal, considerando, também, a soma bimestral.

Para a conselheira Ana Cláudia, não existiria motivo para os cortes atualmente, uma vez que as receitas, até a presente data, não reduziram.

O conselheiro presidente submeteu à aprovação o SIOPE 1º BIMESTRE, sendo suas contas aprovadas sem ressalva pelos conselheiros titulares presentes Ronilson, Eliane e Hilton. Foram aprovadas com ressalva pelos conselheiros titulares Ana Cláudia, Genivan, Esdras, Mary e Carlos André por falta de informações mais claras. Deve-se lembrar que o conselheiro suplente Wanderson Oliveira Santos é suplente e tinha os titulares dos servidores da SMED presentes na reunião. Os conselheiros Antero Fernandes Botelho Neto e Gabriel Campos de Jesus não puderam acompanhar toda a reunião por questões técnicas. Para reunião futura, havendo dados disponíveis, serão analisadas as contas do 2º BIMESTRE.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 07/05/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane Souto Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos

Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

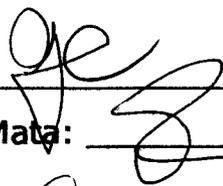
Antero Fernandes Botelho Neto: Antero Fernandes Botelho Neto

[Assinatura]

[Assinatura]

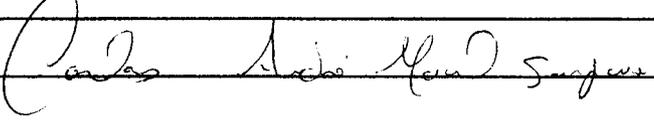
[Assinatura]

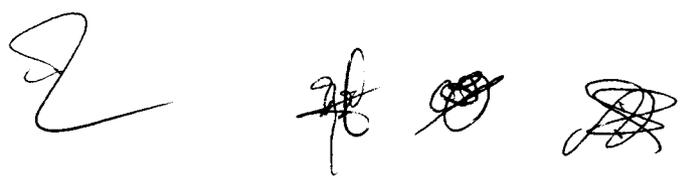
[Assinatura]

Gabriel Campos de Jesus:  _____

Ana Cláudia Santana da Silva Mata:  _____

Genivan Silva Neri: _____

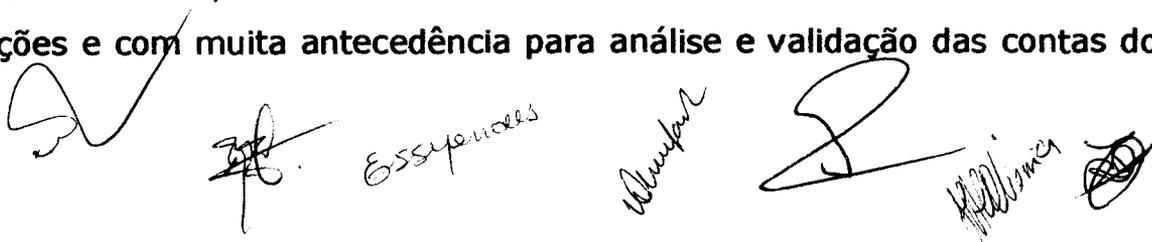
Carlos André Maciel Sampaio:  _____



Ata nº 95

Ata nº 95 – nonagésima quinta reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: Repasses do FUNDEB 2020; Cortes orçamentários na Educação; SIOPE 2º Bimestre – 2020; Contas de março de 2020; Avaliação da representação em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores de 19 de maio; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos – representante dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos os presentes e deu início a reunião lendo a Convocação Nº 05/2020.

O conselheiro presidente leu sobre as orientações do TCM que falam sobre quais servidores devem receber por meio dos 60% do FUNDEB. Segundo ele, o Conselho deve avaliar as informações de forma ainda mais detalhada. Em seguida, o conselheiro presidente leu o ofício que será enviado ao Gabinete da SMED recomendando, segundo orientação do TCM, sobre os profissionais e servidores que não se enquadram nos 60% do FUNDEB. Para o conselho, será necessária lista de nomes dos profissionais, suas respectivas funções e onde estão locados. Segundo o conselheiro presidente, por meio do acórdão e orientações do TCM, os conselheiros membros necessitam de muito mais informações e com muita antecedência para análise e validação das contas do


Esses são os
Wanderson
Mata
Genivan

SIOPE. E, como o conselho, até a presente data, apenas havia recebido balancetes contábeis, fez-se insuficiente a quantidade de informações para a devida análise que deve ser feita pelos membros.

O conselheiro Genivan Silva Neri sugeriu a participação do Secretário Municipal de Educação em um próximo encontro no intuito de tornar a relação do gabinete da SMED com este conselho mais célere e transparente.

O conselheiro presidente disse que servidores afastados para realizar funções no sindicato da categoria devem receber pela Fonte 01. O conselheiro Hilton Alexandre Cardoso Oliveira falou que a prestação de contas do SIOPE é feita pela Contadoria do Fundo Municipal de Educação. Acrescentou ainda que o setor financeiro da SMED não tem acesso a todas as informações detalhadas sobre Recursos Humanos da secretaria.

Segundo a conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata, a prévia das contas de abril não chegou nem ao mínimo estabelecido de 60% dos recursos destinados ao pagamento dos profissionais de educação em efetivo magistério. Além disso, a conselheira alegou que dentro do organograma original da SMED não existem cargos que atualmente existem. Por fim, reforçou a necessidade de informações da folha de pagamentos para a correta análise.

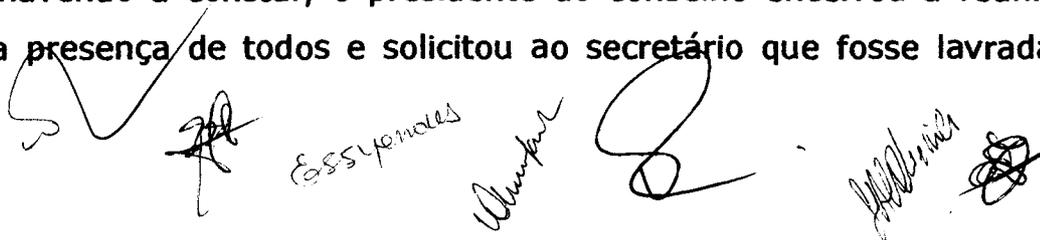
O conselheiro Esdras da Silva Araújo sugeriu atenção à diferença entre função e cargo, bem como ao que é efetivo e o que é comissionado. Segundo ele, por exemplo, se houve decreto, o servidor foi nomeado pelo prefeito.

Para a conselheira Ana Cláudia, o mais importante, atualmente, é a análise da folha de pagamento.

O conselheiro Genivan reafirmou a necessidade de mais informações para análise dos dados.

Por fim, o conselheiro presidente abriu para voto dos presentes sobre a participação do Conselho do FUNDEB na Audiência Pública da Câmara Municipal dos Vereadores de Vitória da Conquista de 19 de maio de 2020. Todos os presentes foram favoráveis à participação do conselheiro presidente na audiência.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, the name 'ESSUYEMALLES' in the center, and several other illegible signatures on the right.

presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos
conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 18/05/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Genivan Silva Neri: _____

S [assinatura]

Ata nº 96

Ata nº 96 – nonagésima sexta reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: Prestação de contas do PNATE 2019; contas de março, abril e maio de 2020; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva – representantes do poder executivo municipal, Hilton Alexandre Cardoso Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos das escolas públicas municipais; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; Wallas Pinto dos Santos – representante do Conselho Tutelar; e Geórgia Thaís Nolasco dos Santos – convidada representando o Gabinete da Secretaria Municipal de Educação. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos os presentes e deu início a reunião lendo a Convocação Nº 06/2020. Em seguida, o conselheiro presidente comentou sobre o fato de os coordenadores escolares, até a presente data, não terem recebido os valores referentes à função de coordenação. A convidada Geórgia Thaís Nolasco dos Santos, representante do gabinete da SMED, justificou a impossibilidade da participação do Secretário de Educação pois este se encontrava em reunião no mesmo horário e que o gabinete está sempre à disposição para eventuais esclarecimentos. Ainda informou que a data do envio da lista dos nomes dos coordenadores para o setor de recursos humanos da prefeitura se deu

Esses são os nomes


posteriormente para a inclusão na folha a tempo, sendo pago apenas no mês seguinte. O conselheiro presidente sugeriu a possibilidade de uma folha extra, já que, segundo ele, muitos desses servidores estão na função desde março.

A seguir, o conselheiro presidente sugeriu que fosse dada prioridade na reunião para a apreciação da Prestação de Contas do PNATE 2019. Segundo ele, os recursos do PNATE são endereçados, preferencialmente, para cumprimento de roteiros na zona rural. Em seguida, submeteu as contas do PNATE 2019 para apreciação e leu o questionário do SIGECON para que os conselheiros presentes pudessem fazer observações e comentários.

Para este conselho, é disponibilizado equipamentos para seu funcionamento, desde computador, sala e armário para guardar seus documentos, até mesmo veículo e combustível para deslocamento dos conselheiros, caso necessário. Os conselheiros avaliaram positivamente a disponibilização de informações suficientes para desenvolvimento das atividades, inclusive facilitando, quando necessário, a verificação de rotas, pontualmente. O conselheiro Genivan Silva Neri sugeriu o desenvolvimento de uma plataforma on-line que tornasse possível o acompanhamento dos veículos em tempo real. O conselheiro Esdras da Silva Araújo comentou que no distrito de Dantelândia os ajustes necessários já foram feitos e que os problemas enfrentados anteriormente já foram corrigidos e os roteiros normalizados. Os conselheiros concordaram que o município realiza a fiscalização e controle periódico do serviço de transporte. Segundo eles, é perceptível que o município oferece transporte escolar aos alunos da educação básica pública da zona rural. Segundo a conselheira Eliane Silva Souto Mendes, a determinação da fonte de recursos já é estabelecida desde o momento da licitação, contudo, o repasse não é suficiente para cobrir todos os roteiros unicamente com os recursos do programa. Segundo ela, o transporte dos alunos passa por auditoria tanto pelo próprio setor de transporte, quanto por comissão externa específica. A conselheira Mary dos Santos Oliveira disse que até 2018 identificou, pessoalmente, veículos inadequados e antigos fazendo trajeto no turno da noite. A conselheira Eliane disse que isso se devia aos contratos fechados em 2013 e que já estavam sendo finalizados à época da observação. Segundo ela, as licitações de 2019,

ESSY...



M...








que visavam, além de cobrir novos roteiros, substituir os antigos, já cumpriam a determinação de contratar veículos de características e idade compatíveis, segundo as normas legais, fato este que tornou a contratação no período mais difícil, pois muitos dos prestadores não tinham veículos adequados às exigências. A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata demonstrou preocupação do retorno às aulas durante o período de pandemia. A conselheira também comentou sobre o transporte reduzido de professores e sobre os carros quem realizam essa atividade que tem pouco tempo hábil entre as trocas de turnos dos servidores. Quanto a isso, o conselheiro Genivan ressaltou a importância da atenção ao quantitativo de transportados e horários dos roteiros.

Segundo os conselheiros, é oferecido transporte aos alunos residentes nas áreas rurais do município. A conselheira Ana Cláudia comentou que no primeiro semestre de 2019 houve muitas queixas e rodízios de veículos, o que foi sendo corrigido com o tempo, se tornando satisfatório. De acordo com Mary, para melhor fiscalização, a comunidade precisa ser melhor informada sobre seus direitos para que ela também possa acompanhar a prestação dos serviços.

Sobre a frequência do acompanhamento do PNATE e de reuniões sobre o programa, os conselheiros responderam que se dá semestralmente.

Quanto ao recebimento de denúncias, o conselheiro presidente avaliou que o conselho deve dar maior publicidade aos usuários do serviço de transporte e comunidade beneficiada sobre o fato de eles terem este colegiado para recorrer. Os conselheiros Genivan e Ana Cláudia sugeriram a criação de canais de comunicação com a comunidade, principalmente para o acolhimento de denúncias, sugerindo desde vídeos institucionais, até mesmo uma ouvidoria.

Quando questionados sobre a oferta de carona a outras pessoas que não são beneficiadas com o programa, os conselheiros concluíram que isso não ocorre, uma vez que é proibido, além de a fiscalização estar mais forte. Para a conselheira Mary, até o início das aulas de 2020, antes da interrupção devido à pandemia, a fiscalização conseguia garantir o correto cumprimento da não oferta de carona. Sobre a criação de novos roteiros, segundo a conselheira

Esses são os



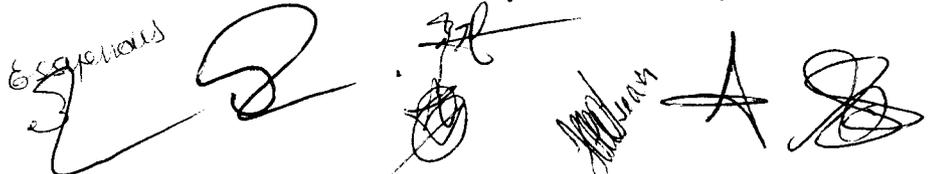


Eliane, os diretores escolares informam a necessidade de transporte de alunos, o que é avaliado pelo setor de transportes e incluído nas licitações. A conselheira acrescentou que em várias localidades o ano letivo de 2019 foi finalizado no início de 2020.

Como a fiscalização está ocorrendo de forma mais sistemática, também o cumprimento da capacidade de transporte dos veículos está sendo observado, não havendo carros que levem alunos com capacidade superior ao determinado. Além disso, segundo a conselheira Ana Cláudia, com os novos contratos de 2019, foi possível observar que os veículos também estavam mais adequados com a capacidade e idade dos mesmos, atendendo às determinações do Código de Trânsito Brasileiro, o que foi concordado entre os conselheiros.

Por fim, a prestação de contas do PNATE 2019 foi aprovada por todos os conselheiros presentes, titulares e suplentes, com as observações feitas de acordo com o questionário.

A seguir, o conselheiro presidente abriu a discussão sobre as contas de março e abril de 2020, sugerindo que as de maio e de junho fossem analisadas posteriormente em conjunto. Segundo ele, entre os meses de março e abril de 2020, se comparados com 2019, houve aumento de receita. Além disso, a despesa foi inferior. A conselheira Mary disse que no mês de abril houve sobra de recursos e sentiu a necessidade de esclarecimentos sobre este fato para melhor compreensão da gestão do recurso do FUNDEB. Para a conselheira Ana Cláudia, não haveria a necessidade dos cortes realizados, já que ela observou o aumento das receitas de um mês para o outro. Para ela, os profissionais da educação devem continuar recebendo incentivos, segundo nota técnica do Ministério do Trabalho. A conselheira também sugeriu a presença de representantes das secretarias municipais de administração (SEMAD) e de governo (SEGOV) para justificar a decisão administrativa. O conselheiro Sidney Soares Silva disse que irá mediar as observações dos conselheiros junto à SEMAD e SEGOV. Segundo a conselheira Eliane, quase todo o recurso do FUNDEB é destinado exclusivamente para a folha de pagamento dos profissionais de educação. A conselheira ainda acrescentou que o município



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a signature with the word "Especialistas" written above it.

teve até o dia trinta de abril o prazo para o pagamento dos restos a pagar do ano anterior, sendo que cumpriu em março. A variação entre março e abril se deveu ao não recolhimento das obrigações patronais e aos cortes. Além da folha de pagamento, o auxílio alimentação e auxílio-transporte estão inclusos nos recursos do Fundeb.

Por o tempo ser insuficiente para finalização de toda a pauta proposta para o encontro, o conselheiro presidente convidou os conselheiros para uma nova reunião a ser realizada no dia seguinte, também telepresencialmente, para realizar a análise das contas.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 29/06/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Elianessy Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Sidney Soares Silva: Sidney Soares Silva

Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Antero Fernandes Botelho Neto: Antero Fernandes Botelho Neto

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Genivan Silva Neri: Genivan Silva Neri

Wallas Pinto dos Santos: Wallas Pinto dos Santos

Convidada:

Geórgia Thaís Nolasco dos Santos: Geórgia Thaís Nolasco dos Santos

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ata nº 97

Ata nº 97 – nonagésima sétima reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: contas de março e abril de 2020; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes – representante do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos das escolas públicas municipais; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e recapitulou os debates da reunião ocorrida no dia anterior e o porquê de a pauta ter se estendido para este novo encontro.

O presidente conselheiro falou sobre a planilha que enviou aos conselheiros relativa aos repasses anuais do Fundeb e comentou sobre as divergências de metodologia de apresentação dos dados entre o SIOPE, TCM e SMED. Pelos dados apresentados, o conselheiro presidente acredita que seria possível a manutenção dos valores da folha de pagamento entre os meses de março e abril analisados, uma vez que a prioridade é manter os servidores e resguardar o plano de carreira dos mesmos. Para a conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata, as outras ações pagas com recursos do FUNDEB, mesmo que contempladas pela lei, poderiam ter sido pagas com recursos próprios do

Esses profissionais

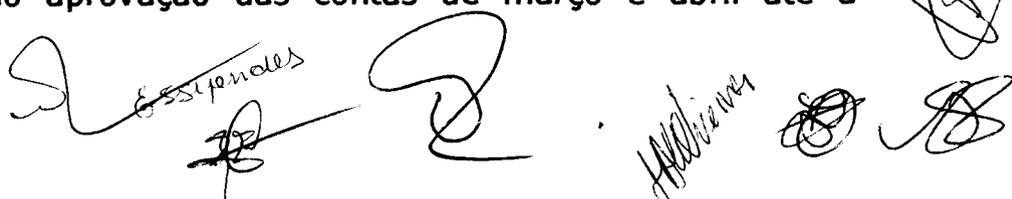


município.

Segundo o conselheiro presidente, em 2020, constatou-se o aumento das receitas e a redução das despesas em abril e maio, estas decorrentes da suspensão das aulas. Tendo em vista esses números, seria possível a manutenção da folha de pagamento. Segundo a conselheira Eliane Silva Souto Mendes, devem ser observados os valores pagos e os valores liquidados, pois são diferentes. Também comentou sobre as divergências de metodologia de apresentação de dados entre o SIOPE e a SMED. A conselheira também falou sobre a necessidade de os conselheiros pesquisarem e estudarem a LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do município, as quais norteiam o planejamento e gestão dos recursos. Ela ainda acrescentou que o transporte de alunos pode ser pago por outras fontes, além do PNATE, tais como o Salário Educação, o FUNDEB e Recursos Próprios. Em março e abril houve pagamentos de notas de junho de 2019 até fevereiro de 2020 por atraso da emissão pelos prestadores e dificuldade de certidões dos mesmos. É possível fazer o remanejamento das fontes de pagamentos dessas notas, mas de acordo com as fontes que estão determinadas nos contratos, além de só poder ser realizado no mês seguinte. As fontes utilizadas nas despesas do 2º Bimestre do SIOPE estão sendo, prioritariamente, a folha de pagamento pelas fontes 18 e 19. No mês de abril, foram liquidadas as obrigações patronais, mesmo podendo serem pagas até o final do ano. Para a conselheira, a transparência e a atenção devem sempre nortear as ações dos conselheiros. Por fim, sugeriu a criação de uma comissão interna para o acompanhamento da execução da LDO.

A seguir, o conselheiro presidente falou que nesse período de suspensão de aulas, há a tendência de redução de despesas das unidades de ensino, tais como de água, luz, manutenção, inclusive de aluguel, seguindo orientação de decreto municipal de negociação dos valores dos contratos de locação.

A conselheira Mary dos Santos Oliveira disse que os recursos do Fundeb 40% deveriam ser melhor utilizados para o investimento em formação dos profissionais e da manutenção e modernização das unidades de ensino. A conselheira sugeriu a não aprovação das contas de março e abril até a



Essenciais

Handwritten signatures and initials, including the name "Essenciais" written in a cursive script.

participação de algum representante da prefeitura que explique as decisões administrativas sobre os cortes.

O conselheiro Genivan Silva Neri disse que a não aprovação das contas é uma decisão de política pública de gestão, não havendo relação com áreas técnicas e contábeis dos relatórios, e concordou com as falas das conselheiras Ana Cláudia e Mary sobre os cortes terem sido antecipados à provável redução dos repasses. O conselheiro Antero Fernandes Botelho Neto comentou que outras prefeituras da região de cidades de menor porte não efetuaram os cortes, o que também não justificaria a decisão local. O conselheiro também comentou sobre a atenção que deverá ser dada ao processo de reabertura das escolas, à estrutura para essa ação e ao aumento dos gastos com material de limpeza e métodos de prevenção do contágio. Para ele, as quedas de arrecadação só teriam sido sentidas a partir de maio.

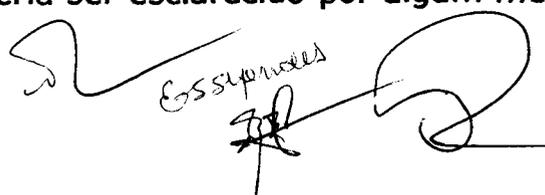
A seguir o conselheiro presidente submeteu as contas de março e abril a apreciação dos conselheiros.

As contas do 2º Bimestre (março e abril) foram aprovadas pelos conselheiros Eliane Silva Souto Mendes e Hilton Alexandre Cardoso Oliveira, uma vez que elas foram executadas de acordo com Art. 70 da LDB, com os recursos sendo aplicados de forma correta e clara.

Para os conselheiros titulares presentes Esdras da Silva Araújo, Antero Fernandes Botelho Neto, Ana Cláudia Santana da Silva Mata, Genivan Silva Neri, Carlos André Maciel Sampaio, as contas do 2º Bimestre (março e abril) foram reprovadas pois, segundo eles, não houve motivo concreto para as decisões dos cortes salariais. A conselheira suplente Mary dos Santos Oliveira também opinou pela não aprovação. O conselheiro presidente disse que seu voto seria necessário no caso de empate.

Desta forma, as contas do 2º Bimestre (março e abril) foram reprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.

O conselheiro Hilton reiterou que as contas devem ser "aprovadas", uma vez que, técnica e contabilmente, estão tudo de acordo as leis contábeis. E em relação aos conselheiros que questionam o porquê de algumas decisões administrativas, isso deveria ser esclarecido por algum membro estratégico do

 Esdras da Silva Araújo

 Antero Fernandes Botelho Neto





Governo e não durante a votação das contas, por se tratar de algo técnico e objetivo. Para o conselheiro presidente, não é possível a dissociação de decisões políticas e estratégicas das decisões contábeis. Para ele, houve descumprimento do plano de carreira dos profissionais de educação. O conselheiro presidente acrescentou que, com o resultado da votação, será necessário encaminhar para o gabinete da secretaria de educação os apontamentos relatados, uma vez que as decisões administrativas também devem ser levadas em conta. O parecer será confeccionado pelos conselheiros Ana Cláudia, Genivan e Ronilson.

Por fim, o conselheiro Genivan disse que acredita que os esclarecimentos que forem feitos deverão sanar as dúvidas deste conselho. Segundo a conselheira Ana Cláudia, este conselho pode contribuir grandemente com seu posicionamento e na discussão durante o processo decisório administrativo. Ainda, para a conselheira, a reprovação significaria um alerta para a gestão municipal.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 30/06/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane S S Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Antero Fernandes Botelho Neto: Antero Fernandes Botelho Neto

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Genivan Silva Neri: Genivan Silva Neri

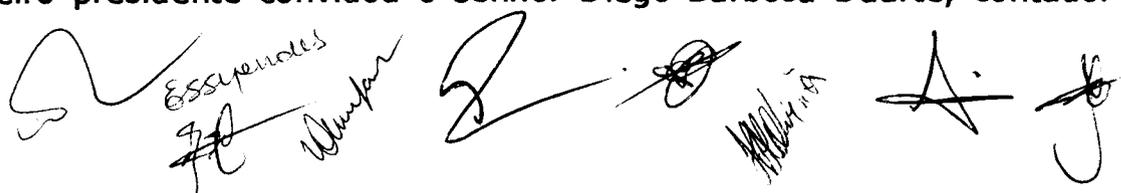
Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

Ata nº 98

Ata nº 98 – nonagésima oitava reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário, para tratar da seguinte pauta: contas de maio e junho de 2020; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva - representantes do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos – representante dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar; Arlete Rocha Miranda Dória, Alisson Roberto Seles Sá e Diego Barbosa Duarte, convidados representantes da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e leu a Convocação nº 007/2020.

O conselheiro presidente comentou sobre a votação da permanência do FUNDEB ocorrida na Câmara dos Deputados no dia anterior e o quanto o resultado foi favorável para a manutenção do fundo e o seu objetivo. Ainda falou que o intuito do conselho é de ampliar caminhos para os desafios da gestão pública. Depois, comentou sobre a impossibilidade de a conselheira Mary não poder participar do encontro por razões pessoais. Em seguida, abriu espaço para os conselheiros fazerem as observações necessárias nas atas 96º e 97º, as quais foram aprovadas.

O conselheiro presidente convidou o senhor Diego Barbosa Duarte, contador



Handwritten signatures of council members and the president. The signatures are: Ronilson Ferreira dos Santos (President), Esdras da Silva Araújo, Wanderson Oliveira Santos, Hilton Alexandre Cardoso Oliveira, Sidney Soares Silva, Eliane Silva Souto Mendes, Carlos André Maciel Sampaio, Arlete Rocha Miranda Dória, Alisson Roberto Seles Sá, and Diego Barbosa Duarte.

do município, para dar um panorama das contas apresentadas a este conselho. O convidado iniciou sua fala comentando sobre a relevância do conselho e como o FUNDEB é importante para diversos municípios, principalmente os do interior do Nordeste. Sobre o recebimento e aplicação dos recursos, para o convidado, o município tem cumprido todos os requisitos presentes no artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) até o mês de junho do corrente ano. Segundo ele, foram recebidos cerca de R\$ 86,2 milhões pelo FUNDEB, enquanto que, desse total, foram investidos R\$ 75 milhões com a folha de pagamento. Para ele, sob olhar técnico e financeiro, não houve desvio de finalidade na aplicação do recurso.

O conselheiro presidente questionou sobre as diferenças de apresentação dos dados contábeis e comentou sobre a possibilidade de isso gerar dúvidas nas análises. Para o convidado o senhor Diego, o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) extrai os dados do sistema de forma diferente do SIOPE informado pela prefeitura. As divergências podem se dar por não considerar os descontos em contracheque dos servidores em todas as plataformas, por exemplo. O convidado disse que irá conferir esses aspectos para sanar as dúvidas do conselho. Por fim, informou que o saldo bancário do fundo em junho de 2020 era de R\$ 9,3 milhões.

A conselheira Eliane Silva Souto Mendes disse que quando é feito o lançamento dos dados no SIOPE, o próprio sistema faz a conferência junto ao FNDE. Além disso, no SIOPE, sempre é anexada uma nota explicativa, uma vez que há diferenças entre o seu sistema e a base do TCM. A conselheira acrescentou ainda que todos os dados precisam ser conferidos antes de serem transmitidos. Nos relatórios da prefeitura e os do TCM, os índices de aplicação são exatamente os mesmos. Mesmo o SIOPE lendo as informações de forma diferente do que é apresentado, ainda assim, estão de acordo com a base do FNDE.

A convidada a senhora Arlete Rocha Miranda Dória leu a minuta do parecer e comentou sobre as falas do convidado o senhor Diego, concordando com a visão técnica, segundo os valores apresentados. Para ela, a decisão dos cortes levou em consideração o equilíbrio financeiro e, ainda assim, os valores

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, including the name 'Eliane' and other illegible marks.

Handwritten initials 'RD' enclosed in a circle.

continuam dentro da lei. O retorno às aulas irá impactar diretamente nas contas e a decisão estratégica dos cortes visou o equilíbrio para esse período de retorno.

Em seguida, o conselheiro presidente solicitou que o secretário lesse o parecer para apreciação dos conselheiros.

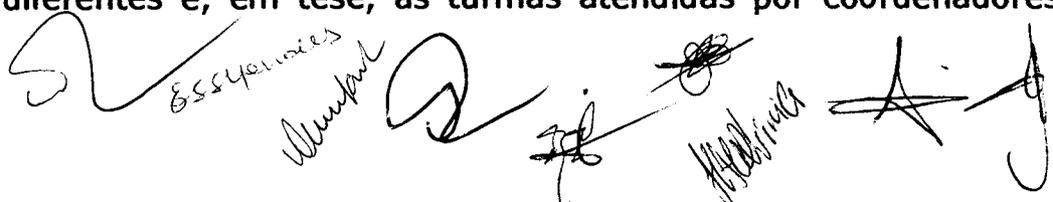
O convidado o senhor Alisson sugeriu que no documento observasse o uso dos termos "remuneração" e "vencimentos", uma vez que têm significados diferentes. Para ele, ainda, não ficou muito claro no parecer o posicionamento em relação às orientações do TCM.

Nos casos em que o servidor concordou, de forma documental, com a redução de sua remuneração, como se deu em municípios da região, o conselheiro Genivan disse que isso poderia se caracterizar como assédio moral pois, segundo ele, o servidor sempre estaria em desvantagem de negociação frente a um governo municipal, fato que não ocorreu neste município.

A conselheira Eliane disse que o salário-educação cumpre o artigo 70 da LDB pois pode ser utilizado para pagamento de pessoal, isto é, somada às despesas de pessoal, podem ser consideradas a remuneração e o aperfeiçoamento profissional. Lembrou aos conselheiros também da existência de despesas de transporte e de auxílio alimentação, o que no parecer não estava claramente mencionado e poderia levar a conclusão de que realmente havia uma sobra de R\$ 13 milhões. O conselheiro presidente disse que a redução dos contratos resultante das renegociações foi inferior aos gastos com vale-transporte.

Ainda sobre o parecer, a convidada a senhora Arlete disse que já em março foram feitos os reajustes de carga horária para as 20 horas semanais e que os profissionais receberam de acordo com essa mudança.

Para a conselheira Ana Cláudia, não houve redução da carga horária. Além disso, como descrito no parecer, o Censo Escolar não autorizaria uma turma para dois professores de 20 horas semanais cada. A convidada a senhora Arlete disse que cada professor teve a oportunidade de optar por qual turma de 20 horas semanais ele iria se responsabilizar. Para a conselheira Ana Cláudia isso seria impossível. De acordo com ela, os professores têm atendido duas turmas diferentes e, em tese, as turmas atendidas por coordenadores

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. From left to right: a large stylized 'S', a signature with 'Eliane' written below it, a signature with 'Genivan' written below it, a signature with 'Arlete' written below it, a signature with 'Ana Cláudia' written below it, and a signature with 'Alisson' written below it. There is also a large handwritten 'B' in a circle on the right side of the page.

também estariam erradas, pois deveriam ser por professores. Isso se deu de forma comum até abril e ainda há alguns casos na rede.

O conselheiro presidente disse que se as atividades remotas forem contabilizadas como carga-horária no currículo dos alunos, seria necessária a validação de um professor, e não de um coordenador escolar. Ainda parabenizou os esforços do gabinete da Secretaria Municipal de Educação e da coordenação pedagógica. Quanto ao aspecto da contabilização das carga-horária, a convidada a senhora Arlete acrescentou que esta discussão está sendo feita e as opções analisadas tanto pela coordenação pedagógica quanto pelo Conselho Municipal de Educação (CME).

A conselheira Ana Cláudia sugeriu que deveria haver muito mais intercâmbio de informações entre os conselhos. Segundo ela, as medidas tomadas referentes aos cortes ferem o princípio de valorização do profissional de educação.

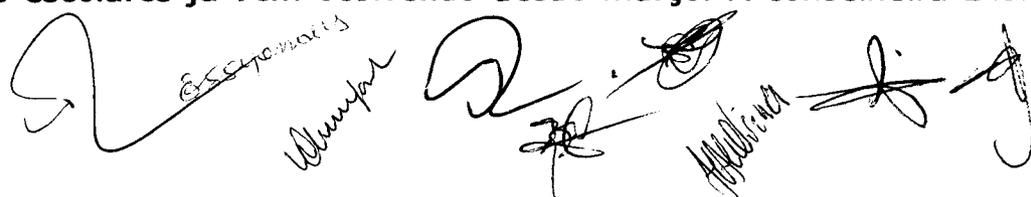
A seguir, o conselheiro presidente submeteu o parecer para apreciação, com as devidas sugestões de correção levantadas durante a reunião a serem feitas posteriormente, sendo validado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

A conselheira Eliane comentou que não existem irregularidades nas contas, além de sugerir que o conselho também fizesse uma consulta junto ao TCM para melhor avaliá-las.

O conselheiro presidente agradeceu os esforços da SMED em enviar os relatórios para análise em prazo suficiente, em especial a conselheira Eliane e aos convidados Diego e Alisson.

A conselheira Eliane sugeriu a formação de uma equipe para o acompanhamento do lançamento do SIOPE, a fim de o conselho compreender melhor os dados, origem das informações e como elas são processadas pelo sistema, mitigando, desta forma, dúvidas sobre as divergências de apresentações dos valores. Este encontro também foi aprovado pelo convidado o senhor Diego.

A conselheira Ana Cláudia questionou sobre o pagamento de despesas de transporte no mês de junho, uma vez que o isolamento social e a suspensão das atividades escolares já vêm ocorrendo desde março. A conselheira Eliane



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized 'R' on the right side.

disse que deve-se atentar à diferença entre valor pago e valor liquidado, sendo, ainda, possível pesquisar o processo de pagamento no qual constam a nota fiscal e o relatório de serviço prestado, o que poderia comprovar casos de emissão da nota pelo prestador em atraso, dentre outros fatores.

O conselheiro presidente submeteu as contas dos meses de maio e junho para apreciação, sendo elas aprovadas pelos conselheiros titulares Eliane e Hilton com o argumento de que não houve infração alguma ao artigo 70 da LDO e cumprimento do índice constitucional, e reprovadas pelos conselheiros titulares Esdras, Ana Cláudia, Genivan e Carlos, pois, segundo eles, os cortes ainda se mantiveram nos meses analisados. Desta forma, as contas dos meses de maio e junho foram reprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 22/07/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane Souto Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Sidney Soares Silva: Sidney Soares Silva

Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Genivan Silva Neri: _____

Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

Convidados:

Arlete Rocha Miranda Dória: Arlete Rocha Miranda Dória

Alisson Roberto Seles Sá: Alisson Roberto Seles Sá

Diego Barbosa Duarte: Diego Barbosa Duarte

Ata nº 99

Ata nº 99 – nonagésima nona reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às catorze horas da tarde, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter extraordinário, para tratar da seguinte pauta: análise do Parecer nº 001/2020-CACS-FUNDEB; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva - representantes do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos – representante dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos da rede municipal de ensino; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Genivan Silva Neri – representante do Conselho Municipal de Educação; Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e leu a Convocação nº 008/2020. O conselheiro presidente comentou sobre a veiculação em mídia local dos debates realizados pelo conselho, inclusive sobre o Parecer nº 011/2020-CACS-FUNDEB que ainda não havia sido concluído com as alterações pertinentes observadas na reunião anterior e nem protocolado junto ao Gabinete da Secretaria Municipal de Educação. Os meios de comunicação estavam demandando esclarecimentos que deverão ser dados sob decisão do conselho e após a notificação da autoridade gestora. Em seguida, o conselheiro presidente comentou sobre o ofício encaminhado pela conselheira Eliane Silva Souto Mendes solicitando a realização de uma reunião extraordinária e deixando claro que a publicização dos debates ainda não oficializados ferem o



Handwritten signatures of council members, including the president Ronilson Ferreira dos Santos and other members like Eliane Silva Souto Mendes, Hilton Alexandre Cardoso Oliveira, Wanderson Oliveira Santos, Esdras da Silva Araújo, Antero Fernandes Botelho Neto, Ana Cláudia Santana da Silva Mata, Genivan Silva Neri, and Carlos André Maciel Sampaio.

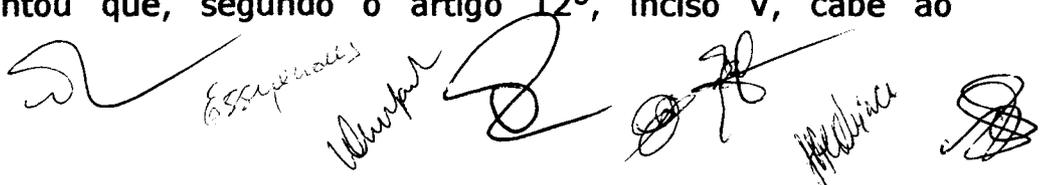
regimento interno do conselho em diversos aspectos.

O conselheiro presidente leu alguns trechos do Regimento Interno pertinentes para o encontro. Segundo ele, no artigo 2º, parágrafo 2º, a publicidade dos atos e decisões do Conselho devem ser dadas pelo próprio órgão colegiado para o Poder Público Municipal e Comunidade. A seguir, segundo o artigo 20º, inciso I, poderá este órgão colegiado, sempre que julgar conveniente, apresentar ao Poder Legislativo Local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal. Na hipótese de falhas ou irregularidades, o artigo 21º diz que o Conselho deverá solicitar providências do chefe do Poder Executivo, até mesmo, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município e ao Ministério Público. Por fim, para a conselheiro presidente, é necessário buscar caminhos.

A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata falou que um dos objetivos do FUNDEB é a valorização dos profissionais de educação. Para ela, a questão técnica e contábil das contas está de acordo, exceto a política pública de gestão. Ela disse que qualquer pessoa pode participar do conselho ou de suas reuniões, mesmo sem vínculo, enriquecendo assim os debates. A conselheira acrescentou que o papel do representante da categoria é também de pressionar para decisões favoráveis ao segmento, como no caso dos professores.

Para o conselheiro Genivan da Silva Neri, a decisão mais correta da gestão municipal seria voltar atrás na decisão da redução dos valores e realizar o pagamento do que ele considera como quantias devidas. Segundo ele, o papel do conselho vai muito mais além de questões técnicas, mas também do controle social.

A conselheira Eliane disse que seu questionamento não se refere à decisão do conselho sobre a reprovação, como consta no parecer, juntamente com sugestões, mas sobre como a publicidade dada aos assuntos debatidos e ainda em aberto. A forma de divulgação para a comunidade também deve ser uma decisão conjunta pelo pleno, conforme o artigo 7º do Regimento Interno. A conselheira acrescentou que, segundo o artigo 12º, inciso V, cabe ao

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. From left to right: a large signature, the name 'Eliane' written vertically, a signature, a signature, the name 'Ana Cláudia' written vertically, and a signature.

presidente expedir documentos decorrentes de decisões do conselho. Ainda para a conselheira, a divulgação de informações feitas nas redes sociais e portais de notícia não refletem as discussões realizadas por este conselho. As contas estão de acordo com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual), as quais, durante sua elaboração, podem e devem ter participação ativa dos conselheiros. O diálogo é necessário pois, sem isso, pode afetar a análise e validação das contas, bem como o recebimento de recursos, o que prejudicaria toda uma comunidade. Por fim, a conselheira disse que decisões unilaterais podem afetar todos do conselho, tanto a nível profissional quanto no particular.

O conselheiro Carlos André Maciel Sampaio concordo com a conselheira.

O conselheiro Hilton Alexandre Cardoso Oliveira falou da diferença entre os agentes políticos e os administrativos, sendo dos primeiros a decisão de redução dos valores dos profissionais. Reforçou sobre a necessidade de os conselheiros também participarem da elaboração da LDO, LOA e PPA (Plano Plurianual). Segundo ele, as decisões demandam análise cuidadosa e profunda e que, sem esse cuidado, pode haver prejuízos servidores.

A conselheira Ana Cláudia disse que não foi discutido de forma clara que não deveria ser dada publicidade sobre as pautas e discussões que vinham ocorrendo nas reuniões.

Para o conselheiro presidente, o conselho não pode sofrer interferência e nem seus debates e decisões devem ser explorados pela mídia. As representações de segmentos têm o papel de intermediar. Enquanto o conselho aponta caminhos, cabe à Câmara e ao TCM de julgar.

Para a conselheira Ana Cláudia, os representados devem ser informados sempre com brevidade.

O conselheiro Wanderson Oliveira Santos parabenizou a atuação do conselho é falou da necessidade de capacitação dos seus membros para melhor avaliar as contas. Disse que o regimento interno precisasse melhor discutido durante as reuniões. Além do mais, a comunidade aí deve ser afetada por decisões precoces ou erros do conselho.

O conselheiro presidente reforçou a importância de os conselheiros se



Handwritten signatures of council members, including the president and other members mentioned in the text.

debruçarem sobre os relatórios a eles encaminhados. O conselheiro Wanderson também concordou com a fala do presidente.

O conselheiro Genivan disse que o único responsável pelas contas é o gestor, sendo o conselho responsável pelo acompanhamento. Para ele, o conselho não tem recebido as respostas quando questiona. O papel do conselho é, além de técnico e burocrático, também político. O conselheiro sugeriu a participação do secretário municipal de educação para uma futura reunião.

Para o conselheiro Sidney Soares Silva, os recursos foram executados conforme o artigo 70º da LDB. Se houver erros nas contas, o município será notificado pelo TCM. Em relação aos cortes, ótima já está em apreciação pelo Ministério Público. Para ele, o momento é de dialogar.

O conselheiro Esdras da Silva Araujo disse que viu nas redes sociais assuntos que estavam sendo debatidos no conselho e que ainda estavam em aberto, sem decisão de como seria levado a público. Para o conselheiro, as informações publicizadas continham posicionamento de cunho político.

Segundo a conselheira Eliane, a publicização deve ser feita, mas quando discutida e aprovada pelo conselho em reunião. A conselheira acrescentou que as denúncias sobre os cortes foram trazidas pelos próprios representantes dos seguimentos.

Para o conselheiro Genivan, ainda não é o momento de o conselho se pronunciar, sendo responsabilidade do gestor público de se explicar só ré os questionamentos e de se responsabilizar sobre suas decisões.

O conselheiro presidente disse que ainda irá finalizar o parecer e emitir nota técnica pública. Também parabenizou a Secretaria Municipal de Educação que tem enviado os relatórios de forma célere.

O conselheiro Antero Fernandes Botelho Neto faliu sobre o poder de influência do conselho em analisar e apontar caminhos. Para ele, as decisões devem ser sempre divulgadas.

Segundo a conselheira Ana Cláudia, o TCM e o Ministério Público já receberam a denúncia pelo Sindicato dos Professores (SIMMP) sobre os cortes e, quanto a isso, o Conselho do FUNDEB pode ser convocado, a qualquer momento, para prestar esclarecimentos.



Handwritten signatures of council members, including names like Esdras, Wanderson, and others.

O conselheiro presidente sugeriu uma próxima reunião presencial no CAIC, já que a escola oferece estrutura ampla para cumprimento do distanciamento entre os conselheiros.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 27/07/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos

VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto: [Assinatura]

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane S. Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Sidney Soares Silva: Sidney Soares Silva

Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: [Assinatura]

Genivan Silva Neri: [Assinatura]

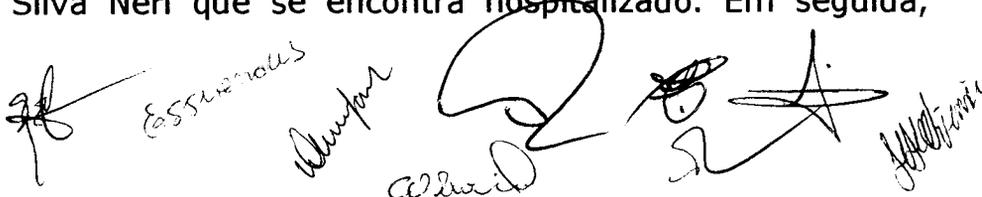
Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Ata nº 100

Ata nº 100 – centésima reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, por meio de teleconferência eletrônica, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter extraordinário, para tratar da seguinte pauta: Apreciação do Ofício nº 090/2010 – GAB/SMED em resposta ao Parecer nº 01/2020-CACS-FUNDEB; Leitura do Ofício nº 21413/2020/COPEF/CGFSE/DIGEF-FNDE cujo assunto é "Denúncia feita pelo Sindicato Magistério Municipal de Público de Vitória da Conquista - SIMMP acerca de supostas irregularidades relacionadas ao pagamento dos salários dos professores no Município de Vitória da Conquista/BA"; análise da denúncia de possível não cumprimento do Plano de Carreira do Magistério por parte da PMVC e leitura dos Artigos 62º a 66º do referido plano; apreciação das contas dos meses de julho e agosto; e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva - representantes do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos da rede municipal de ensino; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Carmen Sílvia Freitas de Oliveira – representante do Conselho Municipal de Educação. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e leu a Convocação nº 009/2020.

O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos desejou melhoras para o conselheiro Genivan Silva Neri que se encontra hospitalizado. Em seguida,



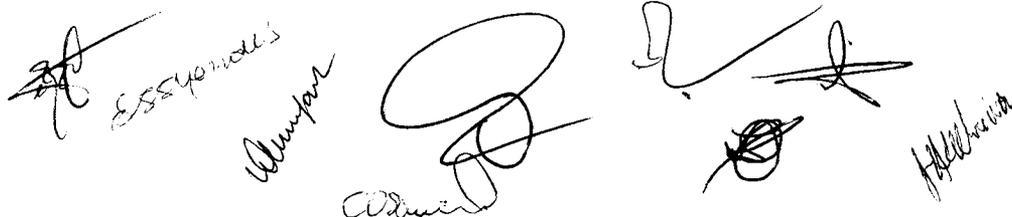
Handwritten signatures and names of council members, including: *Essencialis*, *Wanderson*, *Esdras*, *Genivan*, and *Antero*.

parabenizou à SMED pelos resultados obtidos com o avanço nos índices do IDEB 2019 no ensino fundamental I e II, fruto do trabalho do prefeito, dos secretários anteriores, o Sr. Marcelo Melo e Professora Selma de Oliveira, bem como do atual condutor da pasta, o Sr. Esmeraldino Correia Santos. Além disso, o conselheiro presidente deu especial parabéns à equipe pedagógica, professores e alunos, além dos servidores contratados. A seguir, o conselheiro presidente parabenizou os esforços da equipe financeira do Fundo Municipal de Educação para a disponibilização dos relatórios em tempo hábil para este conselho poder fazer vistas aos dados.

O conselheiro vice-presidente Antero Fernandes Botelho Neto parabenizou toda a equipe da SMED pelos resultados atingidos no IDEB 2019, em especial à Professora Selma de Oliveira, aos profissionais de educação e aos alunos.

Em seguida, o conselheiro presidente solicitou ao secretário que lesse o Ofício nº 21413-2020-COPEF-CGFSE-DIGEF-FNDE de 24 de agosto de 2020 referente à denúncia acerca de supostas irregularidades relacionadas ao pagamento dos salários dos professores no Município de Vitória da Conquista/BA. Logo depois, o conselheiro presidente debateu sobre os valores apresentados nos relatórios de julho de 2020, em especial à receita deste mês, além disso, comparou sobre as diferenças entre as fontes 18 e 19, bem como a fonte 04 (Salário Educação). Além disso, os conselheiros observaram as receitas e despesas liquidadas do mês de agosto de 2020.

A conselheira Eliane Silva Souto Mendes disse que nos relatórios apresentados é possível verificar também, além dos resumos, a lista de todos os gastos realizados no período. Para o conselheiro vice-presidente, devem ser observados, em especial, os gastos que estão sendo pagos ainda durante o período de suspensão de aulas decorrente da pandemia. Para a conselheira Mary dos Santos Oliveira, há gastos que continuam superiores, mesmo durante o período de suspensão das aulas. Além disso, esta conselheira disse que há servidores que não estão prestando serviços à prefeitura por estarem cedidos a outros órgãos e que, contudo, continuam recebendo pela prefeitura, o que geraria um impacto na folha de pagamento sem retorno ao governo municipal.



Handwritten signatures and names of council members, including: Esmeraldino, Antero, and others.

TCM-BA (Tribunal de Contas dos Municípios), nas informações do FME constam apenas os vencimentos brutos e o TCM informa os vencimentos brutos e descontos, acredita ter sido isso que gerou a não compreensão.

A conselheira Eliane falou sobre a importância de solicitar explicações sobre o caso das servidoras em questão. Já sobre o plano de carreiras, o setor de Recursos Humanos e o Financeiro da SMED ainda aguardam resposta quanto ao cumprimento do plano. Segundo ela, com o novo FUNDEB ainda sem os novos detalhes, não se sabe como exatamente vai interferir na LOA (Lei de Orçamentária Anual), devendo ser discutida até 15 de outubro pela Câmara Municipal de Vereadores.

Para o próximo encontro, dia 30 de setembro, os conselheiros decidiram realizar presencialmente na Sala Frei Serafim do Amparo, a fim procederem com a assinatura das atas.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 24/09/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos
VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto: [Assinatura]

CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane Souto Mendes
Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira
Sidney Soares Silva: Sidney Soares
Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos
Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira
Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo
Ana Cláudia Santana da Silva Mata: [Assinatura]
Carmen Sílvia Freitas de Oliveira: Carmen Sílvia Freitas de Oliveira

[Assinatura]

Ata nº 101

Ata nº 101 – centésima primeira reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, na sala Frei Serafim do Amparo, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter extraordinário, para dar continuidade às discussões iniciadas no encontro virtual, e o que ocorrer. Compareceram à reunião os (as) Senhores Conselheiros(as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva - representantes do poder executivo municipal; Hilton Alexandre Cardoso Oliveira e Wanderson Oliveira Santos – representantes da Secretaria Municipal de Educação; Ronilson Ferreira dos Santos e Mary dos Santos Oliveira – representantes dos diretores da rede municipal de ensino; Vítor Pedra dos Santos – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais; Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos da rede municipal de ensino; Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais; Carmen Sílvia Freitas de Oliveira – representante do Conselho Municipal de Educação. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e deu início ao encontro dedicando um minuto de silêncio em homenagem ao conselheiro Genivan Silva Neri que faleceu muito recentemente. Para o conselheiro presidente, Genivan Silva Neri é um cidadão ativo e bastante participativo, principalmente nas discussões sobre a defesa da educação pública de qualidade e a valorização dos profissionais do magistério, sempre trazendo contribuições importantes.

A seguir, os conselheiros falaram da dificuldade da participação de alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) nas reuniões, principalmente as presenciais em horário comercial. Devido às ausências injustificadas dos representantes dos alunos e dos pais, serão convidados novos conselheiros em breve. A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata sugeriu a revisão da

Esses
CO

CO

R

Wanderson

Mary

S

forma da escolha dos conselheiros titulares e suplentes, já que, segundo ela, é extremamente necessária à participação de todos, inclusive os suplentes nas discussões, mesmo que não tenham poder de voto com a presença do titular. Quanto a isso, o conselheiro presidente leu o trecho do Regimento Interno quanto à composição da representação. Em seguida, os conselheiros discutiram formatos de indicação desses novos representantes, sugerindo, inclusive, que os pais de alunos fossem servidores da prefeitura também, para facilitar o contato. O presidente alertou que o regimento veda que o representante dos pais tenha vínculo com a PMVC.

O conselheiro presidente esclareceu que, referente a denúncia do SIMMP sobre os contracheques zerados é possível verificar no site do TCM-BA o valor bruto e os descontos de alegadas faltas. Ele acrescentou que, mesmo com as discussões sociais, o regimento do conselho do Fundeb é claro quanto a determinação de realização de análise contábil não sendo da competência desse conselho analisar faltas atribuídas a servidores. Para a conselheira Ana Cláudia, não existe nada que justifiquem os cortes sofridos pelas duas monitoras. Para ela, nos relatórios contábeis há erros que causam divergências das informações com a realidade.

A seguir, o presidente informou que SIOPE monitora a aplicação dos recursos da educação, o município aplica a legislação na execução do orçamento, por isso propôs aos conselheiros a separação entre a avaliação contábil das contas do FME para análise do SIOPE e as ações decisórias da gestão. Para o conselheiro vice-presidente Antero é impossível haver esta divisão. Para os conselheiros Vítor, Eliane, Ana Cláudia, Hilton e Carmen, deve ser feita essa separação, uma vez que o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação) não abre espaço para observações e que as contas, contabilmente, até então estão todas corretas. Para o conselheiro vice-presidente Antero e a conselheira Mary, todas as contas estão também aprovadas, contudo, é necessário incluir ressalvas nas atas. Desta forma, com o novo entendimento, nas atas anteriores, do ponto de vista contábil e todas as orientações, as contas estão aprovadas. Segundo a conselheira Ana Cláudia, ela aprova as contas até julho pois, de acordo com a mesma, os 40%

Essyemalis


Carmen


Antero


Mary

não foram pagos para todos os servidores.

A seguir, a conselheira Eliane Silva Souto Mendes falou da necessidade de reformulação do Regimento Interno do conselho devido a lei de criação do Fundo Municipal de Educação aprovada em 2018. Em seguida, disse que as indicações dos conselheiros têm cumprido o regimento e que tem havido recondução de membros sempre que mostram participativos e disponíveis para continuarem no conselho. Já sobre a questão das duas monitoras, a conselheira sugeriu a convocação do coordenador de Recursos Humanos para prestar melhores esclarecimentos.

Quanto a isso, a conselheira Mary dos Santos Oliveira sugeriu que a convocação fosse feita para os representantes do executivo, como o Secretário Municipal de Educação ou Prefeito.

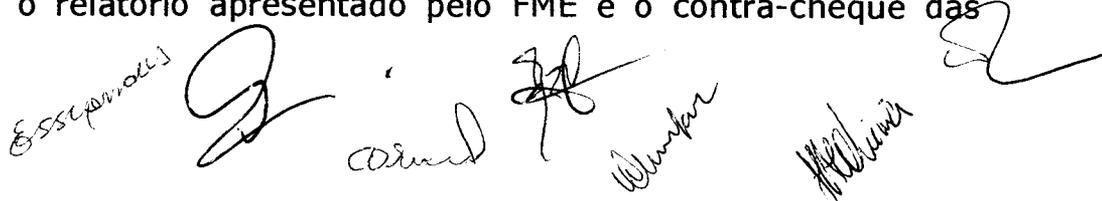
O conselheiro vice-presidente Antero Fernandes Botelho Neto trouxe à tona a necessidade de análises muito além das contábeis, o que o conselheiro presidente também concordou.

Segundo a conselheira Eliane, o relatório emitido pelo Fundo Municipal de Educação (FME) não consta o valor líquido recebido pelos servidores, nem mesmo os descontos em folha, isto é, apenas o valor bruto. Contudo, numa consulta ao site do TCM-BA e da transparência, observa-se que nesses portais aparecem os valores brutos e líquidos. De acordo com a conselheira, os relatórios apresentados pelo FME estão corretos, apresentando apenas o salário-base e o salário bruto e não líquido, não havendo erros, como nas discussões anteriores sugeriram. No caso do TCM-BA, são apresentados os valores líquidos de todos os servidores, considerando os descontos em folha, quando eles existem.

O conselheiro presidente ressaltou a importância de as discussões serem feitas dentro do próprio conselho e decididas pelo pleno, inclusive as relativas à divulgação de informações posteriormente, se necessário.

A conselheira Mary sugeriu que as explicações feitas pelos membros dos executivos fossem documentais, para melhor consulta e compreensão.

O conselheiro presidente disse que, inicialmente, pensou-se que houve divergências entre o relatório apresentado pelo FME e o contra-cheque das

Esses pontos


duas monitoras. Contudo, com análise posterior, constatou que não houve evidência de divergências, já que nos relatórios estavam apresentando apenas o salário-base e valor bruto, não os descontos.

Em seguida, o conselheiro presidente submeteu à votação se os conselheiros consideraram que os relatórios encaminhados pela Coordenação de Recursos Humanos da SMED estavam corretos. Para os conselheiros Eliane, Ana Cláudia favorável., Hilton, Carmen, Sidney e Wanderson, os relatórios estavam corretos, contudo, incompletos ao apresentar apenas o salário base dos servidores e o valor bruto de suas remunerações. A conselheira Mary concordou, informando que apenas eram relatórios incompletos para uma melhor análise pelo conselho.

Segundo a conselheira Mary, as monitoras estão em mandato classista, não podendo terem sofrido os cortes de salário, bem como não deveriam ter recebido convocação de retorno.

A conselheira Eliane sugeriu a participação do Coordenador de Recursos Humanos para prestar melhores esclarecimentos sobre a planilha encaminhada e sugerir que estes relatórios venham com o valor bruto e líquido também.

Para o conselheiro Vitor Pedra dos Santos, não é necessário a convocação do coordenador de Recursos Humanos, pois, segundo ele, a forma que a planilha foi apresentada, apenas com valor bruto, pôde ter gerado confusão para os conselheiros.

Para a conselheira Ana Cláudia, o ideal é a convocação dos ordenadores de despesa do poder executivo, pois são eles que têm poder decisório.

Para a conselheira Carmen Sílvia Freitas de Oliveira, não há necessidade de convocação de representante da Coordenação de Recursos Humanos.

Para Hilton Alexandre Cardoso Oliveira, o relatório apenas não consta o valor líquido. Enquanto isso, no contracheque, deve-se observar o valor final. Quanto a planos de carreira, para o conselheiro, é importante a participação de servidores que lidem diretamente com essa análise e que tem poder decisório sobre isso para que possam melhor esclarecer os eventuais questionamentos.

Para o presidente, a reunião é livre e é garantida a participação de diversos participantes, inclusive convidados para a prestação de esclarecimentos.

Esses dados
Carmen
Wanderson
Mary

Para o conselheiro vice-presidente Antero Fernandes Botelho Neto, os representantes do executivo devem prestar esclarecimentos necessários sobre as decisões feitas acerca dos cortes.

O conselheiro presidente comentou o Ofício nº 090/2020 - GAB/SMED e recapitulou o Parecer Nº 001/2020. Segundo ele, os cortes dos salários motivaram o parecer com sugestões e demandas de explicações. Alega que nos meses de maio e junho houve redução substancial dos repasses do FUNDEB. Em janeiro, foi mais de 18 milhões em receita, somando também com os 5% do exercício anterior. Em agosto, pouco mais de 13 milhões. De janeiro a junho de 2020, foram gastos na Fonte 01 quase 13 milhões, e mais de 75 milhões das fontes 18 (60%) e 19 (40%). Além disso, dentro dos 40%, houve gastos com recursos do Fundeb para auxílio alimentação, transporte, energia elétrica, água, material de construção, locação, transporte escolar e tarifa bancária, totalizando quase 8 milhões no primeiro semestre.

A conselheira Eliane disse que o que deve ser analisado é o "valor liquidado", isto é, o valor que vai pagar, e o "valor pago". A conselheira esclareceu sobre o auxílio transporte apresentado no relatório, pois é contrapartida da prefeitura. Sugeriu também que sejam comunicados aos gestores escolares os gastos reais de consumo de água das unidades de ensino a fim de tornar claro a eles o quanto do recurso com estas contas é utilizado.

Em seguida, o presidente solicitou que o secretário lesse o Ofício nº 21413/2020/COPEF/CGFSE/DIGEF-FNDE do FNDE enviada ao conselho no qual constava que o órgão havia recebido denúncia de suposta irregularidade na utilização dos recursos do Fundeb e sugere acompanhamento.

Segundo a conselheira Eliane, é possível observar nos relatórios que 87% do recurso do FUNDEB estão sendo utilizados para pagar, exclusivamente, folha dos profissionais de magistério, atualmente, sendo, ainda, utilizado, de forma correta, cumprindo o percentual mínimo de 60%. Enquanto isso, o valor restante, está sendo utilizado no investimento de outras ações educacionais, conforme a lei.

Quanto ao não cumprimento da tabela salarial prevista no plano de carreira dos professores, o conselheiro presidente submeteu à votação do conselho o

Essencial



Oliver



que fazer? Para os conselheiros Antero e Ana Cláudia, deve-se encaminhar a denúncia. Já para os conselheiros Eliane, Hilton e Vitor, deve-se, primeiramente, solicitar uma consulta com estabelecimento de prazo de resposta e, se necessário, a seguir, encaminhar a denúncia.

O conselheiro vice-presidente Antero sugeriu que fossem encaminhados ofícios à Câmara de Vereadores, ao Gabinete do Prefeito, ao Tribunal de Contas dos Municípios e ao Ministério Público sobre os apontamentos feitos por este órgão colegiado. Sugeriu também que o governo municipal fosse notificado sobre os gastos que estão ocorrendo que, segundo ele, não estão atrelados à suspensão das aulas.

Segundo a conselheira Eliane, houve redução de contratos de aluguel no período de suspensão das aulas. Além disso, as contas de luz e de água também reduziram no período. A seguir, a conselheira comentou da possibilidade de negociação e de redução de valores nos contratos de serviço de internet e de vigilância eletrônica. Sobre o orçamento transferido para a Secretaria de Mobilidade Urbana pelo Decreto nº 20.561 de 30 de setembro de 2020 no valor de R\$ 4,8 milhões, a conselheira disse que foi apenas orçamento, e não recurso. A prioridade, segundo ela, é a folha de pagamento. A conselheira Mary releu parte do Ofício nº 090/2020 – GAB/SMED/PMVC referente à “resposta sobre a redução de carga horária e redução de remuneração de professores temporários e a suspensão temporária da gratificação rural para os professores que atuam na zona rural”. Segundo esta conselheira, a redução das 20h do professor contratado sobrecarregou os outros servidores do magistério que estão na escola, direção e coordenação. Em seguida, o conselheiro presidente submeteu à votação sobre aceitar a resposta deste ofício. Aprovaram os conselheiros Eliane, Hilton (com ressalvas) e Carmen. Reprovaram os conselheiros Ana Cláudia e o vice-presidente Antero. O conselheiro Vitor se absteve, pois não teve tempo hábil para análise e emissão de opinião.

Sobre o pagamento do 14º Salário aos servidores municipais da Educação pelo atingimento da meta do IDEB, a conselheira Ana Claudia sugeriu que o Conselho fizesse um parecer defendendo o princípio de isonomia. Além disso,

Esses parâmetros


segundo ela, não justificaria fazer esse pagamento com recurso do FUNDEB, mas sim, com recursos próprios.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 08/10/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson F. Santos
VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto: AB

CONSELHEIROS:

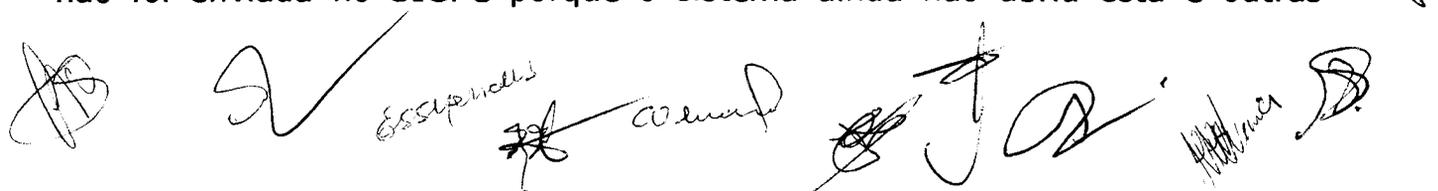
Eliane Silva Souto Mendes: Eliane S. Mendes
Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira
Sidney Soares Silva: Sidney Soares Silva
Wanderson Oliveira Santos: Wanderson Oliveira Santos
Mary dos Santos Oliveira: Mary dos Santos Oliveira
Vitor PA Pedra dos S. dos Santos: dos S.
Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia S. de Mata
Carmen Sílvia Freitas de Oliveira: Carmen Sílvia Freitas de Oliveira

Ata nº 102

Ata nº 102 – centésima segunda reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, na sala Frei Serafim do Amparo, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário. Compareceram à reunião os (as) Senhores (as) Conselheiros (as): Sidney Soares Silva – representante do poder executivo municipal, Hilton Alexandre Cardoso Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Educação, Ronilson Ferreira dos Santos – representante dos diretores da rede municipal de ensino, Esdras da Silva Araújo – representante dos servidores técnico-administrativos das escolas municipais, Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos das escolas públicas, Ana Cláudia Santana da Silva Mata – representante dos professores das escolas públicas municipais, Carmen Sílvia Freitas de Oliveira – representante do Conselho Municipal de Educação, Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar, e o convidado o Sr. Alisson Roberto Seles Sá – coordenador do setor de recursos humanos da SMED. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e leu a Convocação nº 010/2020.

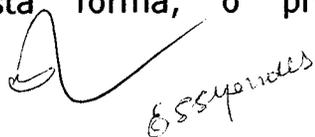
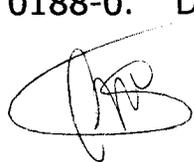
Em seguida, o conselheiro presidente comentou que a convocação mencionava duas reuniões, uma dia 10 de dezembro e outra na semana seguinte, no dia 17. Contudo, por motivo de força maior, a primeira teve de ser cancelada e mantido apenas o segundo encontro e, como todos os conselheiros tiveram acesso a todos os relatórios por meio eletrônico em tempo hábil, será possível em um único encontro fazer todas as considerações necessárias relativas à pauta da convocação.

O conselheiro presidente esclareceu que, quanto à prestação de contas do PNATE 2019, já analisada e aprovada anteriormente por este conselho, ainda não foi enviada no SIGPC porque o sistema ainda não abriu esta e outras

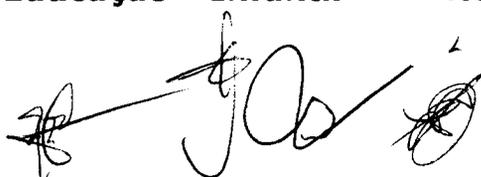
Handwritten signatures of council members, including the president. Some signatures are accompanied by names written in cursive: 'Esdras da Silva Araújo', 'Carmen Sílvia Freitas de Oliveira', and 'Alisson Roberto Seles Sá'.

prestações de outros programas para envio da análise, resultado da Resolução nº 10 de 07 de outubro de 2020 que transferiu, em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus - COVID - 19, o novo prazo-limite para 1º de março de 2021. O mesmo deve ocorrer com a prestação de contas de outros programas educacionais que deverão ser analisados pelo conselho e que, com suas considerações registradas em ata, só terão seu envio de parecer quando assim o sistema permitir. A seguir, o conselheiro presidente fez comentários sobre o PEJA, Educação Infantil - Novos Estabelecimentos e Educação Infantil - Novas Turmas, falando do que se tratavam esses programas, suas fontes e utilização dos recursos. Depois disso, agradeceu o comparecimento do representante da coordenação de Recursos Humanos da SMED para esclarecimentos que venham à tona durante o encontro relativos à folha de pagamentos e plano de carreira dos profissionais do magistério.

Em seguida, o conselheiro presidente procedeu à apreciação do "Educação Infantil - Novos Estabelecimentos 2019". Para os conselheiros presentes, em 2019 houve a abertura de novas turmas, foi fornecida documentação completa sobre as despesas pagas com os recursos, bem como, houve publicidade sobre os recursos recebidos e identificação do programa nas notas fiscais. Além disso, não foram identificadas falhas nas licitações e nem houve prejuízos ao erário, sendo elas foram realizadas da forma devida, inclusive sendo possível comprovar. Os conselheiros também avaliaram que foi possível comprovar o cadastramento das matrículas como SMED (inclusive para as escolas municipalizadas). Quanto aos recursos, eles foram movimentados exclusivamente por meio eletrônico. Além do mais, para os conselhos, foram asseguradas as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Também houve registro, via SMED, de novas turmas em novos estabelecimentos, havendo a comprovação de que os recursos foram direcionados para a manutenção da educação infantil, sendo eles utilizados corretamente. Por fim, foram identificados os comprovantes de despesas dos pagamentos realizados e registrados na conta corrente nº 99.485-5, agência 0188-0. Desta forma, o programa **"Educação Infantil - Novos**



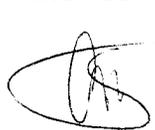
Esses pontos



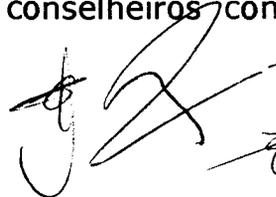
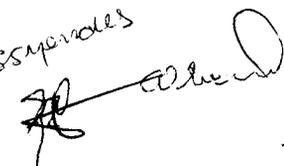
Estabelecimentos 2019” foi aprovado, em unanimidade, pelos conselheiros presentes.

A seguir, o conselheiro presidente procedeu à apreciação do “Educação Infantil – Novas Turmas 2019”. Para os conselheiros presentes, em 2019 houve a abertura de novas turmas, foi fornecida documentação completa sobre as despesas pagas com os recursos, bem como, houve publicidade sobre os recursos recebidos e identificação do programa nas notas fiscais. Além disso, não foram identificadas falhas nas licitações e nem houve prejuízos ao erário, sendo elas realizadas da forma devida, inclusive sendo possível comprovar. Os conselheiros também avaliaram que foi possível comprovar o cadastramento das matrículas como SMED (inclusive para as escolas municipalizadas). Quanto aos recursos, eles foram movimentados exclusivamente por meio eletrônico. Além do mais, para os conselhos, foram asseguradas as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Também houve registro, via SMED, de novas turmas em novos estabelecimentos, havendo a comprovação de que os recursos foram direcionados para a manutenção da educação infantil, sendo eles utilizados corretamente. Por fim, foram identificados os comprovantes de despesas dos pagamentos realizados e registrados na conta corrente nº 104.502-4, agência 0188-0. Desta forma, o programa **“Educação Infantil – Novas Turmas 2019” foi aprovado, em unanimidade, pelos conselheiros presentes.**

Logo após, o conselheiro presidente submeteu à apreciação do conselho a prestação de contas do PEJA – 2019. Para os conselheiros presentes, o PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), cujos os recursos que não foram utilizados em sua totalidade nos anos anteriores, sendo, conseqüentemente, reprogramados, possibilitaram o acesso às vagas nas novas turmas de EJA, inclusive de egressos do Programa Brasil Alfabetizado, para pessoas do campo, quilombolas e atendimento a pessoas em regime prisional. Segundo os conselheiros, as matrículas das novas turmas foram cadastradas no Censo Escolar seguinte. Quanto aos recursos financeiros, eles foram movimentados em conta específica e exclusivamente por meio eletrônico, sofrendo aplicação financeira automática quando não utilizados. Os conselheiros concordaram



Esses recursos
alunos



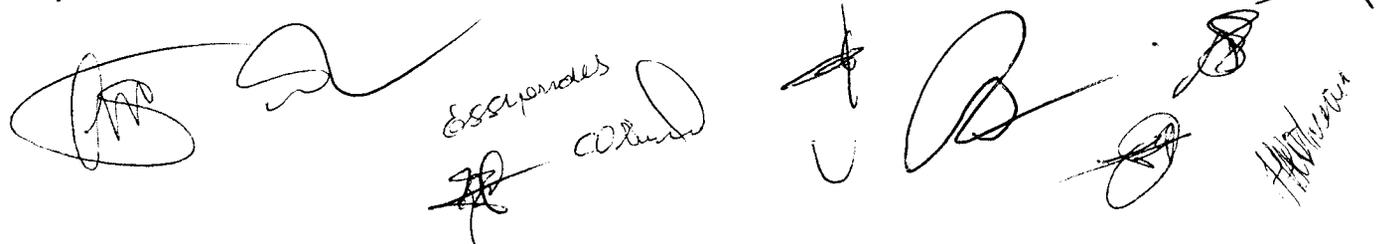
também que houve o fornecimento de documentação completa sobre as despesas pagas com estes recursos, bem como a publicidade sobre eles e a que se destinavam. Segundo os presentes, as licitações não apresentaram falhas e nem acarretaram prejuízo ao erário, além disso, os recibos e notas fiscais apresentaram identificação do programa, foram feitas as devidas licitações, sendo possível, inclusive, comprovar a sua realização. Por fim, o **"PEJA – 2019"** foi aprovado, em unanimidade, pelos conselheiros presentes.

A seguir, o conselheiro presidente agradeceu a participação do senhor Alisson Roberto Seles Sá, coordenador do setor de recursos humanos da SMED, para a prestação de esclarecimentos. Segundo o convidado o senhor Alisson já foi criada uma comissão interna multissetorial para a avaliação dos impactos da criação de um plano de carreira que seja sustentável economicamente no decorrer dos anos. Segundo o convidado, tanto ao Sindicato do Magistério (SIMMP) quanto aos Conselhos do Fundeb e Municipal de Educação será apresentado o plano de correção da tabela salarial do magistério, até mesmo, com avanços em diversos aspectos, desde a estrutura física e material das condições de trabalho, mas também, da correção da tabela. Ainda de acordo com o senhor Alisson, há limites financeiros que impedem que todas as demandas sejam atendidas imediatamente.

O conselheiro vice-presidente Antero Fernandes Botelho Neto sugeriu que fossem convocados para composição dessa comissão interna membros dos sindicatos para o acompanhamento de forma clara e transparente desse processo de análise. O conselheiro vice-presidente também demonstrou preocupação com o novo Fundeb.

O convidado o senhor Alisson falou sobre a utilização dos recursos do Fundeb que vem sendo, quase na sua totalidade, endereçada para a Folha de Pagamentos dos profissionais do magistério, sendo muito acima do limite mínimo de 60% para este fim, isto é, há o cumprimento da lei.

O conselheiro presidente demonstrou preocupação com o Fundeb para o ano de 2021, tanto pela arrecadação, quanto pelas discussões na Câmara dos Deputados e no Senado.



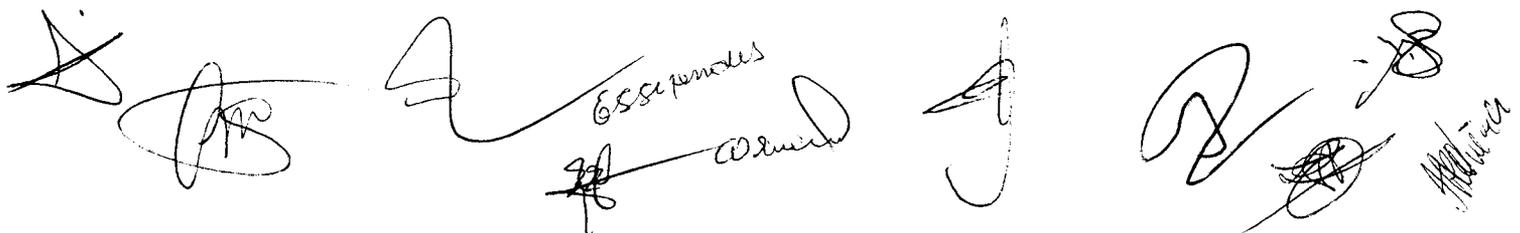
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page. The text "Esses presentes" is written in the center, with "COB" written below it. There are several scribbled-out signatures and initials scattered around the text.

Os conselheiros Esdras da Silva Araújo e Carmen Sílvia Freitas de Oliveira comentaram sobre os custos de manutenção das aulas presenciais que devem ser retomadas em 2021.

O convidado o senhor Alisson também sugeriu a participação dos conselheiros em diversas decisões, inclusive das ações pedagógicas, as quais podem afetar a folha de pagamento.

Em seguida, o conselheiro presidente submeteu ao conselho a apreciação das contas dos meses de setembro e outubro de 2020 para análise. O conselheiro Hilton Alexandre Cardoso Oliveira fez alguns esclarecimentos sobre as fontes e do que se tratavam. O conselheiro presidente disse que, de acordo com os relatórios recebidos, em setembro, as despesas liquidadas com folha de pagamento na Fonte 18 foram no valor de R\$ 8.368.705,39, enquanto que na Fonte 19 foram de R\$ 3.566.378,26. Já em outubro, as despesas liquidadas com folha de pagamento na Fonte 18 foram no valor de R\$ 8.689.979,98, enquanto que na Fonte 19 foram de R\$ 3.435.284,59. Desta forma, **as contas de setembro e outubro de 2020 foram aprovadas pelo conselheiro Hilton Alexandre; aprovadas com ressalva pelos conselheiros Antero, Esdras, André, Carmen e Sidney; e reprovadas pela conselheira Ana Cláudia.**

Para o conselheiro Hilton Alexandre, a aprovação se dá pela razão de que o recurso foi utilizado seguindo rigorosamente as orientações legais sobre as quais norteiam a sua utilização, não sendo encontrada nenhuma evidência de desvio de sua finalidade. Para o conselheiro vice-presidente Antero, o motivo da aprovação com ressalva se deve a não utilização mais abrangente de veículos próprios para o transporte, bem como a contratação de uma empresa de consultoria cuja sua necessidade e valores cobrados precisam ser revistos. O conselheiro Esdras também comentou sobre a necessidade de reavaliação da necessidade de contratação da empresa de consultoria, pensamento similar seguido pelos conselheiros Sidney, Carmen e André, pois, segundo eles, o princípio da economicidade também deve nortear as decisões administrativas. Para a conselheira Ana Cláudia, o motivo da reprovação das contas de setembro e outubro se deve tanto pela necessidade de rever a contratação da empresa de



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including the name "Esdras" and "Carmen".

consultoria, bem como a urgência pela regularização do piso salarial dos profissionais do magistério.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 17/12/2020.

PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos: Ronilson Ferreira dos Santos
VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto: Antero Fernandes Botelho Neto

CONSELHEIROS:

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Sidney Soares Silva: Sidney Soares Silva

Esdras da Silva Araújo: Esdras da Silva Araújo

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: Ana Cláudia Santana da Silva Mata

Carmen Sílvia Freitas de Oliveira: Carmen Sílvia Freitas de Oliveira

Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

Convidado:

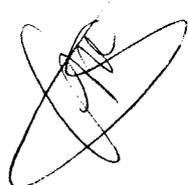
Alisson Roberto Seles Sá: Alisson Roberto Seles Sá

Ata nº 103

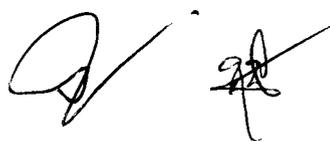
Ata nº 103 – centésima terceira reunião do Conselho Municipal e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã, na sala Frei Serafim do Amparo, realizou-se mais uma reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em caráter ordinário. Compareceram à reunião os (as) Senhores (as) Conselheiros (as): Eliane Silva Souto Mendes e Sidney Soares Silva – representantes do poder executivo municipal, Hilton Alexandre Cardoso Oliveira – representante da Secretaria Municipal de Educação, Ronilson Ferreira dos Santos – representante dos diretores da rede municipal de ensino, Antero Fernandes Botelho Neto – representante dos pais dos alunos das escolas públicas, Ana Cláudia Santana da Silva Mata (por vídeo conferência)– representante dos professores das escolas públicas municipais, , Carlos André Maciel Sampaio – representante do Conselho Tutelar, e o convidado o Sr. Helder Lima Silva (por vídeo conferência)– ouvinte. O conselheiro presidente Ronilson Ferreira dos Santos saudou a todos e leu a Convocação nº 001/2021.

O conselheiro presidente comentou sobre o trabalho do conselho, as pautas e a importância das discussões realizadas nos últimos meses. Ressaltou também a importância do conselho e como ele ajuda à gestão pública na fiscalização e, bem como, na sugestão de iniciativas, além de elogiar e apontar caminhos. Parabenizou também o trabalho do gabinete da Secretaria Municipal da Educação – SMED e da Secretaria Municipal da Transparência e do Controle - SMTC, bem como da Contadoria em relação a transparência e a disponibilidade de prestação de esclarecimentos.

O conselheiro presidente iniciou a reunião analisando as contas do mês de novembro e comentou sobre a importância da necessidade de elaboração de relatório final do exercício de 2020 em tempo hábil para envio para o tribunal de contas.



Essespenales



Helder Lima Silva

A conselheira Ana Cláudia Santana da Silva Mata, por meio de vídeo conferência, disse que em breve será substituída e um novo representante da categoria deverá assumir sua vaga.

A conselheira Eliane Silva Souto Mendes disse que o fechamento do exercício de 2020 será feito muito em breve e, em seguida, assim que seu relatório for finalizado, ele será enviado ao conselho. A conselheira trouxe a prévia das informações de dezembro para agilizar a elaboração do parecer.

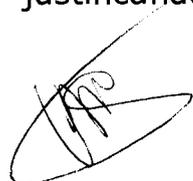
O conselheiro presidente Ronilson agradeceu a participação de Ana Cláudia e desejou uma boa recuperação para o conselheiro Antero Fernandes Botelho Neto que será submetido a um procedimento cirúrgico nos próximos dias.

O conselheiro presidente perguntou aos conselheiros se concordavam com a apreciação da prévia do mês de dezembro, sendo então acordado pela maioria dos membros presentes, exceto pela conselheira Ana Cláudia.

O conselheiro presidente iniciou pela análise das contas de novembro, que já foram encaminhadas aos conselheiros na semana anterior por meio eletrônico. Foram gastos R\$ 8.335.718,18 na Fonte 18 e R\$ 4.552.016,68 na Fonte 19, totalizando R\$ 12.887.734,80. Relativo às fontes 01 os gastos foram de R\$ 3.593.070,39; Fonte 04 foram de R\$ 39.502,84 e Fonte 15 de R\$ 11.751,03. A receita das Fontes 18 e 19 do FUNDEB foi de R\$ 15.760.889,65.

Foram favoráveis às contas de novembro de 2020 os conselheiros: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira, Carlos André Maciel Sampaio, Antero Fernandes Botelho Neto (aprovou com ressalva, pois, segundo ele, houve desrespeito à tabela do magistério e existência de gastos com assessorias externas, uma vez que há servidores capazes dessa atividade e o recurso utilizado nessa contratação poderia ser endereçado à comunidade escolar) e Sidney Soares Silva (substituiu a conselheira Eliane pois ela no período analisado estava substituindo a direção do Fundo Municipal de Educação; o conselheiro aprovou com ressalva, sugerindo a redução dos gastos em geral e a necessidade de melhor avaliação da necessidade de contratação de assessoria, bem como seus gastos).

Foi desfavorável à aprovação das contas de novembro de 2020 a conselheira Ana Cláudia, justificando que, segundo ela, os valores se mantiveram



Essyrenoles



Machado

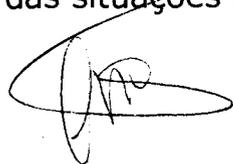
praticamente os mesmos, bem como os gastos, não houve devolução do salário cortado no período de pandemia, e não houve também o cumprimento do estatuto do magistério e da tabela.

A seguir, o conselheiro presidente falou da necessidade de observar a diferença de aconselhamento e reprovação, mesma não tendo havido irregularidade, já que o município pode realizar contratação de assessorias. O gestor deve tomar as decisões e o conselho pode fazer sugestões, que não necessariamente serão acatadas. Comentou também o recebimento de material didático nas escolas municipais (a exemplo de papel ofício) recentemente.

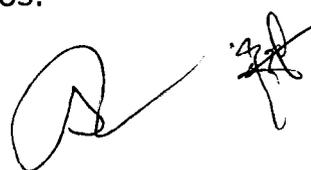
Em seguida, o conselheiro presidente submeteu à apreciação da prévia das contas de dezembro de 2020, o que não afeta o envio dos relatórios e análise das contas de forma detalhada. Segundo a prévia, foram gastos R\$ 18.201.123,12 na Fonte 18 e R\$ 6.091.302,76 na Fonte 19, totalizando R\$ 24.292.425,88. Relativo às Fontes 01, os gastos foram de R\$ 11.455.269,93; Fonte 04 foram de R\$ 1.813.199,53 e Fonte 15 de R\$ 1.559.144,64. A receita do período, das Fontes 18 e 19 foram de 19.635.890,23.

A conselheira Eliane disse que os valores aumentam no mês de dezembro pela consolidação das despesas, pois todas as notas fiscais, até mesmo as pendentes, devem ser liquidadas até o último dia do ano, não podendo, assim, serem reprogramadas para o ano posterior. Segundo a conselheira, no geral, são as contas englobam gastos de novembro e dezembro, assim como uma programação de materiais para o início do ano seguinte. Os gastos da Fonte 01 foram maiores devido ao pagamento do 14º Salário pelo atingimento da meta do Ideb, também pagamento de licenças e indenizações. O pagamento do auxílio alimentação se refere a janeiro do ano seguinte. A conselheira detalhou do que se tratavam cada uma das despesas e o que foi realizado. Informou que a autorização pelo FNDE da utilização do recurso para o material de higienização na Fonte 15 só foi dada no período analisado. Segundo ela, os detalhes estão nos relatórios que serão encaminhados em breve.

O conselheiro presidente comentou sobre os encaminhamentos do conselho ao gestor de recursos sobre as reduções e o não cumprimento da tabela do magistério e das situações dos servidores contratados.



Esses pontos



Esses pontos

A conselheira Ana Cláudia comentou que as pautas das reuniões deste conselho em ano 2020 foram mais intensas. Ela sugeriu que a análise do relatório anual seja realizada de forma coletiva.

Foram favoráveis às contas de dezembro de 2020 os conselheiros: Antero (com ressalva em relação aos gastos com assessoria), Hilton, Carlos André e Sidney. Foi desfavorável à aprovação das contas do mês de dezembro de 2020 a conselheira Ana Cláudia sob as mesmas justificativas do mês de novembro.

Desta forma, as contas de novembro e dezembro de 2020 foram aprovadas pela maioria presente dos conselheiros.

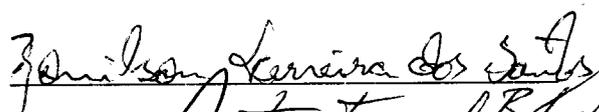
A conselheira Eliane ressaltou que o município de Vitória da Conquista é referência na oferta de aulas remotas. Relativo às obras do PROINFÂNCIA, também é referência na conclusão de todas as obras do programa, com aplicação completa dos recursos e prestação de contas sendo feitas, tornando o município adimplente. É também um município que consegue atingir o índice de 25,26%, considerando, inclusive, a situação pandêmica e incerta. A utilização do recurso é feita de maneira cuidadosa e consciente, o que mostra como a SMED consegue maximizar a melhor utilização dos recursos disponíveis.

A seguir, o conselheiro presidente leu o Ofício Circular nº 004/2021 do Fórum Municipal de Educação solicitando indicação de um conselheiro para ser membro da equipe. O conselheiro presidente fez uma explanação breve sobre o seu papel e, a seguir, os conselheiros escolheram o senhor Carlos André como representante.

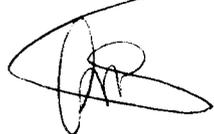
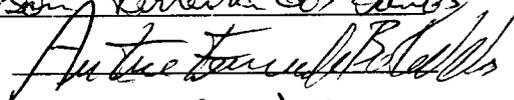
A conselheira Eliane sugeriu que os conselheiros analisassem a nova lei recém aprovada, a nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, e a participação ativa do conselho na construção Plano Plurianual como comissão.

Nada mais havendo a constar, o presidente do conselho encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e solicitou ao secretário que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes. Vitória da Conquista - BA, 19/01/2021.

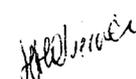
PRESIDENTE: Ronilson Ferreira dos Santos:



VICE-PRESIDENTE: Antero Fernandes Botelho Neto:



secretarias



CONSELHEIROS:

Eliane Silva Souto Mendes: Eliane S Souto Mendes

Hilton Alexandre Cardoso Oliveira: Hilton Alexandre Cardoso Oliveira

Sidney Soares Silva: _____

Ana Cláudia Santana da Silva Mata: AC

Carlos André Maciel Sampaio: Carlos André Maciel Sampaio

Ouvinte:

Helder Lima Silva: Helder Lima Silva